AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 06 | JUNHO 2019 | R$ 15,00



DESAFIOS NA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

FORNECIMENTO DE CANA O DESAFIO DO SETOR EM AUMENTAR A REMUNERAÇÃO DO PRODUTOR

PESTE SUÍNA GRAVE PROBLEMA NA CHINA PODE SER OPORTUNIDADE PARA O BRASIL

BOI PREÇOS PODEM SER MELHORES NOS PRÓXIMOS MESES



ENXERGAR LONGE, ESTAR PRÓXIMO

Até 2050 seremos cerca de 10 bilhões de pessoas no planeta. A necessidade de produzir alimentos e gerar energia vai crescer em um ritmo cada vez mais acelerado.

O propósito da Tereos é proporcionar uma resposta sustentável a essas necessidades, aproveitando ao máximo o valor das matérias-primas agrícolas. Foi com o forte compromisso com a qualidade e os parceiros nos países onde atua que o grupo alcançou a posição de segundo maior produtor de açúcar global e um líder no segmento de amidos.

Tereos

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Marcelo Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CONTRATEMPOS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

NO QUE se refere à implementação de uma agenda econômica para o Brasil, os primeiros meses do governo Bolsonaro foram decepcionantes para o mercado. Considerada fundamental para o crescimento do País nos próximos anos, a reforma da previdência enviada ao Congresso Nacional não avança na velocidade esperada. Neste momento, a proposta caminha a passos lentos, sem sinais de aprovação neste final de primeiro semestre. Acreditava-se em uma maior capacidade de articulação e coordenação política do governo como forma de acelerar a aprovação dessa reforma. Curiosamente, as resistências quanto à sua execução, seja no Parlamento ou na sociedade, são muito menores hoje do que no passado.

Esse baixo poder de articulação mostrado pelo governo até o momento, aliado ao desempenho abaixo do esperado da atividade econômica, ampliou o desânimo quanto ao futuro da nossa economia. Muito provavelmente, a economia brasileira registrará um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 1% em 2019.

A ***Agroanalysis*** acredita na aprovação da reforma nos próximos meses. Para o segundo semestre, o dólar deve manter-se abaixo dos R$ 4,00 e a inflação deve estar controlada.

A bovinocultura de corte brasileira é o foco de dois artigos nesta edição, com análises diferenciadas. No mercado, para o médio e o longo prazos, há expectativa de boa demanda externa e oferta menor de boiadas ao longo do ano, o que configura um cenário positivo para as cotações do boi. São esperadas altas mais expressivas nas cotações da arroba do boi gordo no segundo semestre. Na produção, o Brasil possui tecnologia e eficiência produtiva que conferem vantagens competitivas e que projetam o País para um protagonismo num futuro promissor. Estamos respondendo as questões de ordem global, que incluem segurança alimentar, higidez sanitária dos rebanhos, segurança e defesa das cadeias produtivas, biosseguridade dos alimentos e risco de bioterrorismo. Ao mesmo tempo, o País está desenvolvendo e intensificando os manejos sanitário, reprodutivo e nutricional de animais, com a utilização de programas de melhoramento genético, a melhoria dos processos zootécnicos e o desenvolvimento de insumos e processos produtivos mais eficientes.

Externamente, tem-se o risco temeroso de a peste suína africana dizimar até um terço dos animais na China, a qual representa em torno de metade da produção e do consumo mundiais. Entre as criações de animais de larga escala, não existe nenhuma nação com uma participação dessa magnitude. Detectado no início de agosto de 2018, o surto da doença alastrou-se de forma rápida por toda a nação. Por coincidência, todos esses acontecimentos fortuitos ocorrem justamente quando se celebra o Ano do Porco na China, de 5 de fevereiro de 2019 a 25 de janeiro de 2020. Na proporção em que a doença avança, aumenta a expectativa de maiores importações de proteína animal pelos chineses, tanto de carne suína, como de aves, bois e peixes. Com carne de boa qualidade e competitiva, o Brasil está no radar dos chineses. Alguns frigoríficos brasileiros já registram aumento das vendas para o país asiático.

No Caderno Especial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), discute-se sobre os desafios do setor. No açúcar, o foco recai sobre o trabalho contra as políticas protecionistas praticadas pelos países na produção e na comercialização de açúcar, com a abertura de três contenciosos na Organização Mundial do Comércio (OMC) nos últimos três anos. No biocombustível, vislumbra-se a chegada do futuro com o anúncio da Toyota de que o Brasil produzirá um Corolla com tecnologia *flex* (uso de etanol e gasolina com geração de energia e motorização

elétrica ao motor de combustão). Na bioeletricidade derivada da biomassa de cana-de-açúcar, evidencia-se o potencial de crescimento de 20% com a atual capacidade instalada. E, pela frente, dá-se boas vindas à Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que entra em operação no próximo ano.

Um estudo do Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), aponta que o resultado do produtor de cana foi de prejuízo na grande maioria das localidades analisadas, na safra 2017/18. No caso do produtor de Guariba-SP, o prejuízo foi de R$ 9,51 por tonelada de cana, ou R$ 817,86 por hectare. Estudos realizados mensalmente pela Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) comprovam que há uma defasagem percentual de participação da matéria-prima no custo de produção do açúcar e do etanol. Em janeiro deste ano, por exemplo, o preço adotado pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP) ficou defasado em 14,16%, ou seja, o valor de R$ 0,5748 por quilo de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) deveria ser de R$ 0,6562. Por essa razão, os produtores reivindicam uma alteração na fórmula de cálculo do CONSECANA-SP.

Na seção Abre Aspas, a entrevista com Jaime Basso, presidente da Sicredi Vale do Piquiri ABCD, traz revelações sobre como se deu essa evolução da cooperativa e quais são os planos futuros para a continuidade do crescimento da organização. Em 2016, a cooperativa chegou ao coração financeiro do Brasil com a inauguração da primeira agência da instituição na cidade de São Paulo, localizada na avenida Paulista. Quando analisamos o Sistema Sicredi, a carteira de crédito foi de R$ 56,1 bilhões em 2018, valor 28% superior ao de 2017. Contando com mais de 4 milhões de associados e 1.684 pontos de atendimento em todo o País, concedeu R$ 10,1 bilhões em crédito apenas para projetos relacionados à economia verde em 2018.

Neste mês em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), o destaque tradicional vai para o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), que é uma instituição sem fins lucrativos criada por fabricantes de defensivos agrícolas com o objetivo de promover a correta destinação das embalagens vazias de seus produtos. É o núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo, responsável pela operação da logística reversa das embalagens em todo o País. Desde 2002, já retirou mais de 500 mil toneladas de embalagens vazias do campo, destinando corretamente 94% das embalagens comercializadas no Brasil. Trata-se de um *case* de sucesso da responsabilidade compartilhada entre agricultores, canais de distribuição, indústrias e poder público, conforme determina a legislação. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
JAIME BASSO
SUSTENTABILIDADE PARA AS PEQUENAS COMUNIDADES

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
O QUE ESPERAR?

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CANA-DE-AÇÚCAR
SAFRA É ENCERRADA COM PRODUÇÃO RECORDE DE ETANOL

18 CAPA BOVINOCULTURA DE CORTE
EXPECTATIVAS PARA O MERCADO

19 CAPA SANIDADE ANIMAL
PANDEMIA DA PESTE SUÍNA

21 SETOR SUCROALCOOLEIRO
DIVERSIFICAÇÃO DA CANA BRASILEIRA É INSPIRAÇÃO PARA O MUNDO

26 CAPA CANA-DE-AÇÚCAR
CUSTOS DE PRODUÇÃO *VERSUS* VALOR DE ATR

22 GESTÃO

22 TECNOLOGIA E GESTÃO
SUSTENTABILIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS

24 TECNOLOGIA

24 PECUÁRIA BRASILEIRA
PROTEÍNA QUE MOVE O MUNDO

27 CONTEÚDO ESPECIAL

27 CAPA UNICA
PASSOS LARGOS NA INDÚSTRIA SUCROENERGÉTICA

34 INPEV
PIONEIRISMO AO ADOTAR O MODELO DE ECONOMIA CIRCULAR

39 COOXUPÉ
COM SAFRA ABERTA OFICIALMENTE, A COOXUPÉ PREPARA COOPERADOS PARA A COLHEITA NOS DIAS DE CONHECIMENTO

42 BAYER
ESTAMOS FAZENDO AS MELHORES ESCOLHAS PARA UMA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS?

44 FAESP
A TABELA DE FRETE NA CONTRAMÃO

45 ANDEF
É *FAKE*: BRASIL NÃO USA DEFENSIVOS BANIDOS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
ANIVERSÁRIO

47 PRODUZIR
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO AGRONEGÓCIO

48 OPINIÃO
UM NOVO TEMPO

49 REFLEXÃO
"PRUDÊNCIA" É A PALAVRA DE ORDEM

50 ESTATÍSTICA

SUSTENTABILIDADE PARA AS PEQUENAS COMUNIDADES

JAIME BASSO

PRESIDENTE DA SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD

DA REDAÇÃO

A COOPERATIVA nasceu na cidade de Palotina, no estado do Paraná, em 1988, como CREDICOOPERVALE. Em 2003, a união estratégica entre a Sicredi Vale, a Sicredi Ubiratã e a Sicredi Goioerê formou a Sicredi Vale do Piquiri. Em 2013, esta e a Sicredi ABCD uniram-se para criar a Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP. Em 2016, o Sicredi chegou ao coração financeiro do Brasil com a inauguração da primeira agência da instituição na cidade de São Paulo, localizada na avenida Paulista. Nesse contexto, Jaime Basso traz informações sobre como se deu essa evolução e revela os planos futuros para a continuidade de crescimento da organização.

AGROANALYSIS: O SICREDI TEM OBTIDO RESULTADOS CONVINCENTES?

JAIME BASSO: O cenário nacional está sendo marcado por uma recuperação lenta da economia e pela manutenção das altas taxas de desemprego. Apesar desse contexto difícil, temos expandido os nossos negócios. Isso demonstra a força do modelo cooperativo em prosperar mesmo em meio a momentos de crise. Quando analisamos o Sistema Sicredi, percebemos, por exemplo, que conseguimos aumentar a carteira de crédito para R$ 56,1 bilhões em 2018, valor 28% superior ao de 2017, com a manutenção de controles robustos sobre os indicadores de risco. Trabalhamos para repetir a dose em 2019.

Apoiamos os projetos dos nossos mais de 4 milhões de associados. Do montante concedido de crédito em 2018, R$ 10,1 bilhões estavam relacionados à economia verde. Esses recursos englobam produtos e serviços geradores de impacto social e ambiental positivo, como a redução de emissões de gases do



FELIPE PERAZZOLO

efeito estufa (GEE) e a eficiência no uso de recursos naturais. No período, fomos o agente financeiro com o maior volume de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Durante o ano, o Sistema Sicredi chegou a 1.684 pontos de atendimento em todo o País, frente aos 1.550 de 2017 – um crescimento de 8,6%.

HÁ MUITA HISTÓRIA POR TRÁS DESSES NÚMEROS?

JB: O Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) foi a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil. Há 116 anos, somos comprometidos a aumentar o nosso quadro associativo, esforçando-nos para desenvolver as regiões onde atuamos. Hoje, estamos presentes em 1.279 municípios, com 1.684 pontos de atendimento, em 22 estados e no Distrito Federal. Ofertamos mais de trezentos produtos e serviços financeiros. Além de valorizar o relacionamento, disponibilizamos soluções financeiras que agregam renda e contribuem para a qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Atuamos localmente por meio de 114 cooperativas organizadas em um sistema nacional, formando uma rede de apoio que garante a solidez e a segurança aos nossos negócios. Somos a única instituição financeira em 202 municípios do País, sendo que 52,6% das agências estão em áreas rurais, muitas das quais pouco populosas, onde raramente instituições financeiras atuam. Exemplo disso é que, em 87% da nossa área de atuação, os municípios possuem menos de 100 mil habitantes. Levamos desenvolvimento às mais diferentes comunidades do País. Empenhamo-nos para que os recursos gerados na comunidade permaneçam no local, de modo a contribuir com a vida financeira da população.

O CONCEITO É DAR SUSTENTABILIDADE ÀS PEQUENAS COMUNIDADES?

JB: Nosso Planejamento Estratégico do quinquênio 2016-2020 introduziu o tema da sustentabilidade entre as prioridades. Estipulamos como iniciativas estratégicas o posicionamento desse tema

> “EMPENHAMO-NOS PARA QUE OS RECURSOS GERADOS NA COMUNIDADE PERMANEÇAM NO LOCAL, DE MODO A CONTRIBUIR COM A VIDA FINANCEIRA DA POPULAÇÃO.”

e a educação financeira. Como parte da primeira, estabelecemos as ações de treinar os conselheiros, mapear os impactos positivos e disseminar internamente os conceitos necessários. Para a segunda, traçamos as ações de abrangência nacional que estimulam o desenvolvimento de colaboradores, associados e comunidade.

Tudo isso levou à criação, em 2018, da Superintendência de Sustentabilidade. Montamos uma estrutura mais robusta para desenvolver o papel de potencializar e integrar as práticas ligadas ao tema com as demais áreas do Sicredi. Com reunião e debate anuais, a governança cabe ao Comitê Sistêmico de Sustentabilidade, composto por presidentes das cooperativas, diretores executivos do Centro Administrativo Sicredi (CAS) e representantes da área de Desenvolvimento do Cooperativismo e da Fundação Sicredi. A sua função é consultiva, sendo os assuntos estratégicos encaminhados para deliberação do Conselho de Administração da SicrediPar, precedida por uma consulta às cooperativas de crédito.

PRECISAMOS DE ESFORÇOS NA ÁREA AMBIENTAL?

JB: A área ambiental tem sido motivo de muitas ações por parte das cooperativas, com

vários exemplos citados no nosso Relatório de Sustentabilidade. Por exemplo, a Sicredi Sul MT realiza o Projeto Recuperando Nascentes, cujos objetivos são a recuperação e a preservação de cursos d'água localizados nas propriedades dos associados. Como as nascentes recuperadas são afluentes do Pantanal mato-grossense, há um benefício para a preservação do bioma. Com adesão voluntária, a cooperativa e o associado dividem o custo final do projeto. Parceiros oferecem materiais como mudas, cercas e transporte. Até o final de 2018, foram plantadas 90 mil mudas. A ação gerou um efeito positivo em outras cooperativas, que têm replicado projetos semelhantes pelo Brasil.

OUTRO PONTO CRÍTICO É A QUESTÃO DA SANIDADE?

JB: Em parceria com a Fundação MS, a Central Sicredi Brasil Central desenvolve um projeto de pesquisa para combater os predadores da soja por meio do controle biológico de pragas. A parceria surgiu de uma demanda de Mato Grosso do Sul. Seus agricultores pleiteavam uma solução mais sustentável e acessível para combater o percevejo-marrom da soja. Essa praga pode provocar perdas de até 20% na produtividade da lavoura. Em vez de utilizar pesticidas químicos, a pesquisa busca desenvolver uma tecnologia de controle biológico do percevejo baseada na preservação dos inimigos naturais já existentes na área. Além de reduzir os impactos ambientais do agronegócio, os resultados iniciais já apontaram para uma diminuição de custos com a aplicação de produtos químicos, o que pode representar até 15% de uma lavoura.

AS CONCESSÕES DE CRÉDITO RURAL POSSUEM PRIORIDADE?

JB: Nessas operações em especial, o foco está concentrado no atendimento dos pequenos e dos médios produtores. Aproximadamente 79% dos contratos realizados são para atender esse público. No âmbito do Pronaf, em 2018, as concessões de crédito rural registraram um incremento de 13% em relação a 2017, atingindo R$ 2,9 bilhões. Já no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), o crescimento do financiamento chegou a 30% no período, um aumento de R$ 0,7 bilhão.

Apoiamos os associados por meio de produtos e serviços adequados às suas necessidades, na busca de disponibilizar o crédito consciente. Procuramos contribuir não somente para o crescimento do negócio, como também para a expansão da cooperativa e, consequentemente, o desenvolvimento local.

A prioridade para pequeno e médio produtores é a tendência para os recursos de crédito rural, o que estimula a demanda por linhas de financiamento alternativas. Temos já alguns mecanismos, como, por exemplo, a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), entre outros que serão mais utilizados. Além disso, mais alternativas estão sendo desenvolvidas. Será um momento de adequação de linhas de crédito com recursos oriundos do mercado de capitais.

> "A ÁREA AMBIENTAL TEM SIDO MOTIVO DE MUITAS AÇÕES POR PARTE DAS COOPERATIVAS, COM VÁRIOS EXEMPLOS CITADOS NO NOSSO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE."

A ERA DO AGRO 4.0 JÁ É UMA REALIDADE NO MEIO RURAL?

JB: Sem dúvida. Tanto que lançamos, no ano passado, o produto Consórcio para Aquisição de Drones. A oferta parte de dois benefícios vitais para o produtor. O primeiro é possibilitar um ganho de eficiência e economia de até 60% no seu negócio. O segundo é proporcionar um retorno de 15% a 20% no aumento de produtividade. Também é observada uma redução considerável na quantidade de insumos utilizados. A operação de pulverização para combater pragas e doenças acontece com o controle exato da localização, sem a dispersão em plantações vizinhas. O produtor ganha em segurança no aspecto da saúde, pois não há contato com o agente químico.

AS POLÍTICAS PROMETERAM FOCO NO SEGURO RURAL?

JB: Em 2018, proporcionamos proteção para mais de 1,3 milhão de pessoas em mais de 3,1 milhões de apólices vigentes de diversos produtos, entre eles os seguros de vida, residencial, automóvel, rural, agrícola e patrimonial. Também viabilizamos mais de R$ 485,6 milhões em indenizações de sinistro. Quando consideramos o impacto negativo de alguns eventos climáticos sobre as pequenas localidades, ajudamos a preservar a economia de alguns municípios com a cobertura dos prejuízos pelo pagamento das indenizações.

No caso do seguro de vida, oferecemos proteção e segurança financeira para os associados, suas famílias e comunidades. Também foram pagos R$ 6,9 milhões aos associados sorteados em algum dos produtos que contemplam o benefício. Possuímos uma plataforma multioferta de seguros para os produtos residencial, empresarial e automóvel que permite ao associado obter, na própria cooperativa, as cotações de diferentes seguradoras do mercado. ■



FELIPE PERAZZOLO

> “APOIAMOS OS ASSOCIADOS POR MEIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS ADEQUADOS ÀS SUAS NECESSIDADES, NA BUSCA DE DISPONIBILIZAR O CRÉDITO CONSCIENTE.”

FRASES & COMENTÁRIOS



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

O Brasil anunciará o seu voto para o candidato da China, Qu Dongyu, à presidência Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês).

Estamos preparados para ampliar a nossa oferta de proteína animal com qualidade ao mercado chinês sem deixar de cumprir os requisitos sanitários previstos no protocolo bilateral.

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

A comitiva empresarial organizada pelo MAPA visitou China, Japão, Vietnã e Tailândia, que totalizaram US$ 40,67 bilhões (40%) das exportações do agro nacional em 2018.

A nossa expectativa é de aumentar o comércio com esses países, principalmente nas proteínas animais, com mais frigoríficos habilitados para exportar.

GEDEÃO PEREIRA, diretor de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)

O fato de a China pedir a lista dos frigoríficos habilitados para exportar à União Europeia não restringe a possibilidade de mais habilitações.

ORLANDO LEITE RIBEIRO, secretário da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI/MAPA)

Independentemente da escala, a agricultura necessita de água para produzir. A irrigação é a única técnica capaz de permitir aumentos da produtividade sem a necessidade de ampliar a área cultivada, sobretudo em regiões com veranicos.

CELESTINO ZANELLA, presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba)

A meta é buscarmos o processo contínuo de habilitação dos frigoríficos, com a construção de um método que sirva de padrão para a seleção.

RICARDO SANTIN, vice-presidente e diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já são quase 15 milhões de hectares de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) no Brasil.

A estratégia mais utilizada nas áreas ocupadas com sistemas integrados é a integração Lavoura-Pecuária (iLP – 83%), seguida pela iLPF (9%), pela integração Pecuária-Floresta (iPF – 7%) e pela integração Lavoura-Floresta (iLF – 1%).

RENATO RODRIGUES, pesquisador da Embrapa Solos e presidente do Conselho Gestor da Associação Rede ILPF

O QUE ESPERAR?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS PRIMEIROS meses do governo Bolsonaro foram decepcionantes em termos de implementação de uma agenda econômica para o Brasil. A reforma da previdência enviada pelo governo ao Congresso Nacional não avançou como esperado. Imaginava-se que os primeiros meses do novo governo fossem marcados por um maior ímpeto nessa direção. Eram esperadas maiores articulação e coordenação do governo junto ao Parlamento como forma de viabilizar de forma mais acelerada a aprovação dessa reforma.

Vale lembrar que o déficit do sistema previdenciário brasileiro (público e privado) já absorve uma parte considerável dos recursos do governo, limitando enormemente o espaço de manobra do governo para a realização de outros gastos essenciais ao País. Esse quadro é agravado no contexto de uma economia estagnada, em que a arrecadação de impostos e contribuições vem sistematicamente frustrando as projeções para o período. Como resultado disso, o contingenciamento de recursos tem sido cada vez mais duro e pode ser intensificado nos próximos meses caso o quadro da arrecadação não mude.

O déficit da previdência será ainda maior nos próximos anos caso nada seja feito. Às distorções existentes no sistema soma-se o fato de que a população brasileira está envelhecendo em um ritmo acelerado. Em função disso, é urgente que uma reforma no sistema seja levada adiante, o que deveria ser a prioridade do novo governo.

A realidade dos fatos, no entanto, mostrou um quadro bem diferente do que se projetava inicialmente. Até o momento, o governo não demonstrou desenvoltura política na dimensão necessária para levar adiante a reforma, e esta caminha a passos muito lentos, sem maiores sinais de aprovação no primeiro semestre do ano. Curiosamente, as resistências a uma reforma da previdência no Parlamento e na sociedade são muito menores hoje do que no passado. Em outras palavras, é muito mais factível aprovar a reforma atualmente do que nos governos anteriores.

A frustração gerada a partir dessa falta de empenho e de articulação por parte do governo levou a um aumento das incertezas acerca da economia brasileira. Esse fenômeno, aliado ao desempenho abaixo do esperado da atividade econômica, ampliou o desânimo quanto ao futuro da nossa economia. Com isso, decisões de investimentos e consumo estão sendo adiadas, cristalizando um quadro de baixo crescimento neste ano. Muito provavelmente, a economia brasileira deverá registrar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 1% em 2019, ficando bem abaixo do projetado para o período alguns meses atrás.

Tão preocupante quanto o quadro atual é a falta de perspectiva para os próximos anos. Se comparado com governos anteriores, fica evidente a falta de compromisso do governo com uma agenda econômica modernizante para o País. Nesse contexto, o governo Fernando Henrique estabeleceu o compromisso com a manutenção da inflação baixa, a abertura econômica e as privatizações. O governo Lula trouxe a bandeira da desigualdade de renda e da inclusão social. Mesmo o primeiro mandato do governo Dilma teve algumas bandeiras, como o programa Minha Casa Minha Vida.

O governo atual parece inteiramente desprovido de maiores compromissos reformistas ou com a modernização da economia brasileira. Nesse quadro, a própria reforma tributária passou a caminhar de forma autônoma no Congresso, deixando o governo à margem desse processo até o momento.

Em função disso, o desânimo com o governo Bolsonaro difunde-se de forma cada vez mais ampla na sociedade, o que se reflete nas perspectivas de crescimento da economia brasileira não apenas em 2019, mas também nos próximos anos. Reduziram-se significativamente as apostas de um crescimento econômico em um ritmo mais acelerado a partir de 2020.

O governo Bolsonaro ainda está no seu início, e ainda há tempo para mudanças e correções de rumo na sua gestão, orientando para um foco mais direcionado às reformas e à modernização da economia brasileira. Espera-se que isso ocorra nos próximos meses. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

SUBSÍDIOS NO MERCADO MUNDIAL DE AÇÚCAR

Entre as *commodities* agrícolas, o mercado com mais políticas protecionistas é o de açúcar. As exportações brasileiras estão em baixa por esse motivo. No momento, três temas agudos atrapalham a comercialização da *commodity* no mercado global:

- As práticas adotadas pela Índia de subsidiar a exportação e apoiar o preço interno do açúcar acima de 10% do valor da produção;
- As sobretaxas de 45% impostas pelos chineses nas importações do açúcar brasileiro elevaram a taxação para 90%;
- As sucessivas campanhas de difamação da imagem do açúcar como causador de doenças como obesidade, hipertensão e diabetes.

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS (RENOVABIO)

A inserção dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, a partir da metade da década de 1970, decorreu da adoção de políticas públicas em reação às crises do petróleo. A princípio, visava à redução da dependência do petróleo com base em uma alternativa energética nacional, o etanol de cana-de-açúcar.

Com o lançamento dos veículos *flex-fuel* e a consolidação da produção de biodiesel, bioeletricidade, biogás e biometano, entre outros, a instituição do programa RenovaBio – pela Lei nº 13.576/17 –, previsto para operar em 2020, vem cercada de mais impactos concretos de viabilidade do que o Proálcool. Os passos finais desse processo serão acompanhados pela ***Agroanalysis***, com subsídios da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

BANANAIS COM RISCO DE EXTINÇÃO

Durante os anos 50 do século passado, a doença conhecida como mal do Panamá, disseminada pelo fungo *Fusarium*, dizimou os bananais da variedade Gros Michel, a mais produzida. Hoje, do grupo das nanicas, cerca de 40% da planta cultivada é a chamada Cavendish, também vulnerável à doença. O risco consiste na propagação assexuada do cultivo com clones de uma única mãe. De um lado, isso é prático para os produtores e a indústria, pois a clonagem oferece frutos com tamanho, cor e sabor idênticos. Mas, de outro, com menor diversidade genética, fica difícil desenvolver plantas resistentes a organismos causadores de doenças e prejuízos.

REVISÃO NO PLANO DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) solicitou revisão no prazo de 2023 para o Brasil obter o *status* sanitário de área livre de febre aftosa sem vacinação. Apesar de não registrar focos da doença há doze anos, há risco de um eventual descontrole do vírus na América do Sul. Algumas medidas precisam ser priorizadas, como a formação de um banco de antígenos e de reserva de vacinas, a constituição de fundos indenizatórios, entre outras.

SOJA E MILHO NOS ESTADOS UNIDOS

Tradicionalmente, a maior área plantada nos Estados Unidos é reservada para o milho. Essa conjuntura volta a se repetir de novo neste ano. Isso quebra o ciclo das últimas três temporadas, em que a área de soja mostrou crescimento. A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China reduziu muito a comercialização da oleaginosa entre os dois países. Os estoques de passagem no primeiro praticamente dobraram para 24 milhões de toneladas, com enfraquecimento dos preços. Isso acarretou prejuízos para os produtores na última temporada, o que reduziu o ânimo para plantar soja na safra 2019/20.

FAKE NEWS SOBRE DEFENSIVOS

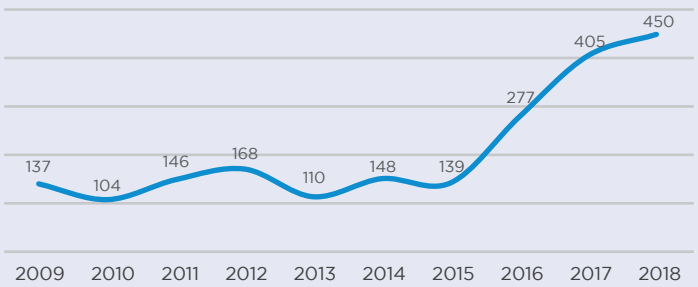
O site AgroSaber é uma iniciativa para contrapor os argumentos negativos sobre o uso de agrotóxicos na indústria de produção de alimentos no Brasil. Motivo de discussão entre diversos setores da sociedade sobre os males à saúde que o uso de produtos químicos de maneira exagerada pode causar, a ideia da plataforma é evitar a desinformação e a propagação de falsas notícias a respeito, levando a um debate saudável sobre o assunto.

Participam da iniciativa a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (ABRASS), a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Companhia das Cooperativas Agrícolas do Brasil (CCAB Agro) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

REGISTROS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Menos burocracia e informatização dos processos aceleram os registros de defensivos agrícolas concedidos pelo MAPA a partir de 2016. Há dois tipos de produtos aprovados: os técnicos e os formulados. O primeiro tipo – que representa cerca de metade dos registros de 2019 – refere-se à matéria-prima e é utilizado na fabricação de um produto formulado. O segundo representa novas marcas comerciais de produtos já disponibilizados no mercado anteriormente. Isso significa mais opções para o agricultor, e não um aumento na quantidade de produtos utilizados no campo.

BRASIL: EVOLUÇÃO NO REGISTRO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS



Fonte: MAPA

CANA-DE-AÇÚCAR

SAFRA É ENCERRADA COM PRODUÇÃO RECORDE DE ETANOL

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

A MOAGEM de cana-de-açúcar da safra 2018/19 está encerrada nas duas macrorregiões produtoras do Brasil, o Centro-Sul e o Norte-Nordeste. A safra oficial na região Centro-Sul terminou em 31 de março de 2019. Já o Norte-Nordeste, com a moagem também encerrada, entra no período de entressafra, que perdura até 31 de agosto. A comparação dos volumes produzidos na safra 2018/19 àqueles observados na safra anterior é reveladora.

Nacionalmente, a safra 2018/19 apresentou uma redução na oferta de ATR de 2,1%, passando de 87,15 milhões de toneladas, em 2017/18, para 85,31 milhões de toneladas. A moagem de cana caiu 3,2%, passando de 641,1 milhões de toneladas, em 2017/18, para 620,71 milhões de toneladas. A produção de açúcar foi reduzida em 24,8%, atingindo 29,02 milhões de toneladas, e a produção de etanol foi elevada em 18,8%, com um recorde de 33,09 bilhões de litros, sendo 12,8% de redução no anidro e 40,5% de aumento no etanol hidratado. O *mix* para açúcar caiu 10,8%, e o rendimento industrial subiu 1,1%.

A pergunta que fica é: o que teria acontecido com o preço do açúcar no mercado internacional caso os produtores brasileiros não tivessem reduzido a

COMPARATIVO DAS SAFRAS 2017/18 E 2018/19

PRODUTO/SAFRA	2017/18	2018/19	Var. %
Cana (mil toneladas)	641.051,85	620.713,61	-3,2
Açúcar (mil toneladas)	38.589,80	29.024,07	-24,8
Etanol total (milhões de litros)*	27.858,91	33.092,69	18,8
Anidro	11.364,65	9.910,33	-12,8
Hidratado	16.494,27	23.182,35	40,5
ATR (mil toneladas)	87.145,52	85.308,21	-2,1
% ATR para açúcar	46,47	35,71	-10,8
Rend. industrial (quilos de ATR por tonelada de cana)	135,94	137,44	1,1

*Inclui etanol de cana e de milho
Fonte: DATAGRO; UNICA; Sindicatos

produção de açúcar em 9,56 milhões de toneladas de açúcar? Certamente, o impacto sobre os preços mundiais teria sido devastador. Essa é a grande vantagem da diversificação da produção sucroalcooleira do Brasil, que tem oferecido um enorme impacto estabilizador sobre os preços do açúcar e do etanol no mercado mundial.

No ano comercial de 2017/18 (outubro a setembro), a DATAGRO estima que o excedente mundial foi de 8,20 milhões de toneladas de açúcar cru equivalente. Esse excedente foi gerado, em grande parte, pelos aumentos de produção observados na Índia, na Tailândia, na União Europeia, no Paquistão, na Rússia e na Ucrânia, e aos mercados protegidos dos EUA, da União Europeia, da Rússia, da China e do Japão, para citar os de maior expressão de consumo. A situação ficou ainda mais agravada pelos subsídios à exportação do Paquistão e da Índia.

Para o ano comercial de 2018/19 (outubro a setembro), a DATAGRO estima um ligeiro superávit de 0,48 milhão de toneladas de açúcar cru equivalente. A redução da produção no Brasil foi determinante para limitar o efeito do excedente no balanço mundial.

A contrapartida foi a elevação na produção de etanol, que, em 2018/19, atingiu o volume recorde de 33.092,685 milhões de litros, sendo 32.301,254 milhões de litros de etanol de cana, e 791,431 milhões de litros de etanol de milho. O recorde anterior havia sido registrado na safra 2015/16, quando atingiu 30.421,561 milhões de litros. Desta maneira, os produtores brasileiros, em apenas um ano, aumentaram a produção de etanol em 5,23 bilhões de litros e permitiram ao Brasil reduzir a importação de gasolina, oferecendo uma enorme contribuição para a balança comercial.

Graças ao avanço do consumo de etanol combustível, a importação de gasolina A (pura) recuou, em 2018, para um volume próximo ao observado em 2016, com 2,954 bilhões de litros, e um dispêndio de US$ 1,433 bilhão. No ano de 2017, a importação de gasolina pura havia atingido 4,470 bilhões de litros, com dispêndio de US$ 1,731 bilhões. Em 2016, a importação foi de 2,914 bilhões de litros, com dispêndio de US$ 915,08 milhões.

Nos dois primeiros meses de 2019, o consumo de etanol hidratado tem se mantido em um ritmo acelerado, subindo 37,0% em relação ao mesmo período de 2018.

Conforme estimativa da DATAGRO, o estoque de etanol hidratado era estimado para ser suficiente para atender o consumo doméstico até meados de abril. Com a produção registrada no final de março e no começo de abril, o abastecimento está garantido, mas o acelerado ritmo de consumo tem levado os produtores a manterem a infraestrutura de carregamento em operação de 24 horas para escoar a produção atendendo a demanda.

Por esse motivo, é esperado que o *mix* de produção seja bastante alcooleiro no início da safra 2019/20. A elevação do preço do etanol hidratado nas primeiras semanas de abril reforça a visão de que a orientação do *mix* será alcooleira, pelo menos nos primeiros meses de safra, ou enquanto durar o preço mais compensador para o etanol. No início da safra, o diferencial de preço de equivalência entre o etanol hidratado e o açúcar cru a granel VHP (de alta polarização) de exportação voltou a apresentar um nível novamente favorável ao hidratado. Segundo o levantamento de preços da DATAGRO, o etanol hidratado estava cotado, na primeira quinzena de abril, a R$ 2.341,67 por metro cúbico, com impostos. Segundo cálculos da DATAGRO, para uma usina localizada em Ribeirão Preto, o preço de equivalência do hidratado era, portanto, de 15,40 centavos de dólar por libra-peso de açúcar cru equivalente FOB Santos, enquanto o VHP de exportação, incluindo o prêmio/desconto do mercado à vista e o prêmio de polarização, estava cotado a 13,35 centavos de dólar por libra-peso.

A expectativa para a safra 2019/20 é de que a moagem de cana recupere parcialmente a queda observada na safra anterior, por meio da recuperação da produtividade perdida, e que a produção de etanol pelo menos repita a *performance* observada na safra 2018/19. Os preços do petróleo e da gasolina no mercado internacional têm sinalizado uma condição de competitividade para o etanol de cana produzido no Brasil bastante interessante, pelo menos nos estados de maior consumo, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. ■

BOVINOCULTURA DE CORTE

EXPECTATIVAS PARA O MERCADO

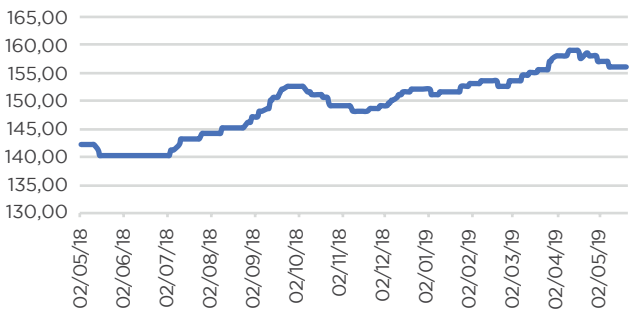
RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

EM CURTO prazo, com a perda na capacidade de suporte animal do capim, espera-se uma maior disponibilidade de bovinos para abate. Essa desova deverá ser menos intensa neste ano. O mercado poderá seguir mais frouxo em junho, com os preços andando de lado, mas sem muito espaço para recuos.

Já para o médio e o longo prazos, com expectativas de boa demanda externa, oferta menor de boiadas ao longo do ano e demanda doméstica como maior fonte de dúvidas, temos um cenário de expectativa positiva para as cotações do boi. Para julho em diante, o mercado deverá retomar a firmeza, e são esperadas altas mais expressivas nas cotações da arroba do boi gordo no segundo semestre.

No mercado futuro (B3), os contratos de boi gordo com vencimento para outubro de 2019 estiveram cotados ao redor de R$ 163,00 por arroba no final de maio, ou seja, uma valorização de 4,5% em relação aos preços vigentes no mercado físico.

BARRETOS-SP: PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO A PRAZO E LIVRE DE FUNRURAL
(EM R$)



Fonte: Scot Consultoria

PANORAMA DO MERCADO

Com a chegada do final de safra, a tendência normal seria de um aumento gradativo na oferta de boiadas para abate. No entanto, diante dos bons volumes de chuvas em 2019 e das melhores condições das pastagens, as expectativas mudaram. As entregas de animais devem ocorrer de forma mais distribuída, com pressão relativamente menor sobre as cotações.

Como exemplo, em maio, em São Paulo, o mercado de boi gordo praticamente andou de lado, com a arroba cotada em R$ 156,00 a prazo e livre de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), segundo um levantamento da Scot Consultoria. Apesar de ocorrerem tentativas de compra abaixo da referência, os negócios não se concretizam. Não está fácil para o frigorífico impor uma pressão de baixa no mercado, mesmo com a demanda interna razoável por carne bovina.

Além da menor oferta de gado para abate, as exportações brasileiras de carne bovina também correm em bom ritmo. Essa combinação ajuda na sustentação dos preços. Com isso, a venda de carne bovina *in natura* para o mercado internacional registra bons volumes quando em comparação a setembro do ano passado.

Com relação aos animais para reposição, o mercado opera firme, sem levar em conta o cenário de consumo ainda lento. Os vendedores mantêm suas posições nas negociações, enquanto a própria disponibilidade geral de bovinos jovens segue comedida.

Com isso, o movimento de piora da relação de troca para o pecuarista (quantidade de bezerros ou bois magros adquirida com o valor de um boi gordo) continua para as diversas categorias. ■

SANIDADE ANIMAL

PANDEMIA DA PESTE SUÍNA

DA REDAÇÃO

HÁ UM risco concreto de a peste suína africana dizimar milhões de suínos na China, que representa em torno de metade da produção e do consumo mundiais. Entre as criações de animais de larga escala, não existe nenhuma nação com uma participação dessa magnitude. Detectado no início de agosto de 2018, o surto da doença alastrou-se de forma rápida por toda a nação. A taxa de mortalidade é de aproximadamente 90%.

Por coincidência, todos esses acontecimentos ocorrem justamente quando se celebra o Ano do Porco na China, de 5 de fevereiro de 2019 a 25 de janeiro de 2020. Na cultura chinesa, o animal representa o símbolo tradicional da saúde. Nas residências, as famílias costumam reservar um canto especial para destacar a sua figura.

Na proporção em que a doença avança na suinocultura, a expectativa de maiores importações de proteína animal pelos chineses aumenta também na avicultura, na bovinocultura e na piscicultura.

Com carne de boa qualidade e valores competitivos, o Brasil, sem dúvida, está no radar dos chineses. Alguns frigoríficos brasileiros já registram aumento das vendas para a China. Resta, portanto, oferecer credibilidade e segurança como contrapartida aos compradores. As comitivas organizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para visitar esse almejado cliente estão no caminho certo. Da mesma forma, deve-se mostrar transparência e competência na apresentação dos frigoríficos brasileiros para se conseguir a habilitação de exportação.

DIMENSÃO DO PROBLEMA

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) mostra séria preocupação. Outros países asiáticos já estão acometidos (Vietnã, Japão, Mongólia e Cambodja), enquanto nações do Leste Europeu registram focos do vírus (Estônia, Ucrânia, Rússia e Hungria).

O alerta chega até a Bélgica, cujo rebanho suíno gira em torno de 6 milhões de cabeças. As autoridades locais tomaram a decisão radical de abater os porcos domésticos para evitar a contaminação das criações pecuárias pelo vírus da febre africana. A medida conta com o apoio do Comitê de Saúde e Segurança Alimentar da União Europeia (UE), que financiará metade dos gastos previstos com a operação.

Em paralelo, nos Estados Unidos, o Departamento de Agricultura (USDA, na sigla em inglês) e a Agência de Proteção de Fronteiras e Alfândega intensificaram as ações para proteger o seu território contra possíveis contaminações. Aumentou o número de equipes de inspeção e de cães farejadores das remessas de suínos vivos, carne congelada e outros produtos que chegam ao país.

VALORES EM JOGO

Evidentemente, a indústria de carne suína chinesa possui uma clara percepção desse contexto dramático. O Ministério de Agricultura e Assuntos Rurais da China aponta números de agosto de 2018 até o final de março deste ano: o abate de animais contaminados passa de 1 milhão de cabeças. Os preços subiram 40%.

Muito se discute sobre as projeções e a potência das mudanças em curso na suinocultura chinesa. Para o governo chinês, os preços da carne suína no país poderão chegar a 70% até o final do ano, enquanto o tamanho do rebanho pode declinar até 13%. A demanda será suprida por importações de outros países.

Na verdade, as estatísticas sobre o rebanho e a produção suínos na China precisam de uma depuração cuidadosa. O país não apresenta um bom histórico de transparência no relato de epidemias nas criações. O Vietnã, que registrou o primeiro surto seis meses depois da China e possui muito menos animais, confirma que abateu 1,3 milhão de animais.

O banco holandês Rabobank calcula que mais de 150 milhões de animais podem ter sido infectados na China. Além disso, acredita que tal país possa perder um terço do seu rebanho, o que equivale ao rebanho todo da União Europeia (UE).

A geografia da criação mostra uma distribuição muito espalhada no país, o que dificulta o acompanhamento. O ponto crítico está nas pequenas criações, que abatem cerca de quinhentos animais por ano. Isso pode representar de 40% a 50% da produção de suínos. É justamente nessa faixa que o *status* sanitário corre maior risco, pelo baixo controle. ■

MUNDO: PRODUÇÃO DE CARNE SUÍNA
(MIL TONELADAS)

PAÍS/BLOCO	2015	2016	2017	2018	2019*
China	56.454	54.255	54.518	54.040	48.500
UE	23.149	23.866	23.660	24.300	24.225
EUA	11.121	11.320	11.611	11.942	12.401
Brasil	3.519	3.700	3.725	3.763	3.975
Rússia	2.615	2.870	2.990	3.155	3.255
Vietnã	2.548	2.701	2.741	2.801	2.800
Outros	12.602	12.682	12.869	13.080	13.338
TOTAL	**112.008**	**111.394**	**112.114**	**113.081**	**108.494**

*Estimativa
Fonte: USDA

MUNDO: REBANHO SUÍNO
(MIL CABEÇAS)

PAÍS/BLOCO	2015	2016	2017	2018	2019*
China	471.602	458.029	442.092	441.589	428.080
UE	148.341	148.716	147.188	150.589	148.766
EUA	67.626	69.019	71.345	73.145	74.550
Brasil	39.395	39.422	39.215	38.829	38.427
Rússia	19.504	21.345	21.779	22.943	23.606
Canadá	13.180	13.630	13.935	14.165	14.030
Outros	41.944	42.260	41.023	40.023	40.139
TOTAL	**801.592**	**792.421**	**776.577**	**781.283**	**767.598**

*Estimativa
Fonte: USDA

SETOR SUCROALCOOLEIRO

DIVERSIFICAÇÃO DA CANA BRASILEIRA É INSPIRAÇÃO PARA O MUNDO

JACYR COSTA FILHO
Diretor da Divisão Brasil do Grupo Tereos



O BRASIL, maior produtor mundial de cana-de-açúcar, tem uma gama ampla de produtos derivados dessa cultura. Temos a produção do açúcar, importante fonte energética destinada à indústria alimentícia e de bebidas. Há, também, a geração de diversos tipos de energia: o etanol, no setor de transportes; a bioenergia, a partir da queima do bagaço nas caldeiras das usinas, no setor de eletricidade; e o biometano, por meio da biodigestão da vinhaça. Além disso, tem-se o bioplástico e os biocosméticos, de menor impacto sobre o meio ambiente, em substituição aos componentes oriundos do petróleo.

Resultado de altos investimentos em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, essa diversificação coloca-se como uma ferramenta importante para lidarmos com a volatilidade do setor sucroenergético, principalmente no que tange aos preços mundiais do açúcar.

Um dos exemplos mais exitosos é o etanol. Na década de 1970, quando o mundo enfrentava a primeira grande crise do petróleo, com altas de preço, o Brasil desenvolveu motores movidos a álcool. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) trouxe uma nova utilidade para a cana-de-açúcar.

A despeito do enfraquecimento do programa quando o mercado de petróleo se regularizou, esse movimento foi crucial para o setor. Hoje, o etanol é uma opção segura e rentável diante do volátil mercado açucareiro internacional.

Com a opção do carro *flex-fuel*, o brasileiro ganhou o poder de decisão sobre o combustível que utilizará ao abastecer o seu veículo, ao contrário do passado, quando essa escolha era definitiva no ato de compra do automóvel.

Atualmente, as usinas brasileiras estão preparadas para promover uma rápida mudança de *mix* e, assim, acompanhar as oportunidades do mercado. Em 2018, o Centro-Sul registrou recorde na produção do biocombustível, atingindo 30,95 bilhões de litros. O consumo também apresentou números inéditos: foram 19,38 bilhões de litros consumidos, uma alta de 42% sobre 2017.

A dependência do açúcar e o aumento da oferta global têm sido protagonistas de um movimento de retração de preços, com impactos diretos sobre a produção e o fechamento de usinas em várias localidades do mundo. Esse desalinhamento, em parte resultado de mecanismos protecionistas, pode gerar efeitos desastrosos para o setor.

Nesse cenário, grandes produtores de açúcar, como Índia e Tailândia, devem inspirar-se nesse modelo de flexibilização adotado pelo Brasil. A diversificação da produção permite ao mercado promover uma regulação mais adequada entre a oferta e a demanda de açúcar e, com isso, reduzir o impacto mundial diante dos preços da *commodity*.

Outro valor importante é a cogeração de energia elétrica a partir do bagaço, que, hoje, é a terceira fonte de geração de energia. E, quando falamos da matriz energética como um todo, a cana-de-açúcar participa com 17% – contribuindo com o percentual de mais de 44% de fontes renováveis que dispomos no Brasil –, contra cerca de 14% na média global. É mais um motivo de inspiração para o resto do mundo e orgulho para os brasileiros. ■

TECNOLOGIA E GESTÃO

SUSTENTABILIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS
Consultor e sócio-gerente da HECTA

ACOMPANHAMOS, HÁ muitos anos, a evolução e a modernização de algumas empresas e entidades de ponta do agro brasileiro. Mais recentemente, aprofundamo-nos no exame de modelos de inserção da sustentabilidade no *core business* de suas estratégias de negócios. O acolhimento inteligente desse conceito representa, cada vez mais, uma importante estratégia de geração de valor e vantagem competitiva no setor.

O desafio da efetiva adoção de boas práticas e da identificação de atributos representa acesso a mercados, ganhos de competitividade e melhores resultados. Isso significa transferir a sustentabilidade da coluna do passivo para a coluna do ativo.

Constatamos, de forma crescente, uma clara percepção das aceleradas mudanças na sociedade e nos mercados no sentido de olhar as dimensões social e ambiental nos modelos de negócios dos empreendimentos da cadeia do agro.

Trata-se, como nos lembra Michael Porter, da Harvard Business School, de juntar a estratégia econômica à estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

Assim, apesar de ser um processo vagaroso, deixamos de produzir itens como a carne, o café, o cacau e o açúcar, entre outros, na forma de *commodities* para buscar produtos diferenciados e de alto valor agregado. Como exemplo prático, podemos citar o café *gourmet*, considerado especial, produzido a partir da adoção de boas práticas, colhido à mão ou mecanicamente, processado e vendido de forma diferenciada. Na carne, aos quesitos de qualidade (maciez, suculência e sabor) adicionam-se aqueles de sustentabilidade relacionados às boas práticas de produção, como bem-estar animal e manejo adequado das pastagens.

Casos emblemáticos no nosso agro tropical são os modelos desenvolvidos ou apenas aprimorados aqui, como o plantio direto na palha (65 milhões de hectares anuais, com sequestro de mais do que o total de emissões causadas pelo sistema Petrobras) e a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF – 12 milhões de hectares).

Tudo isso envolve mais tecnologia e estudos para tornar essas práticas viáveis do ponto de vista econômico. Considerando que os nossos indicadores econômico-financeiros não levam em conta os impactos ambientais e sociais (também conhecidos como externalidades), esses processos são aparentemente mais caros, apesar de causarem menores impactos. No longo prazo, no entanto, a taxa de retorno é compensatória, à medida que esses mercados se desenvolvem e reconhecem os benefícios sociais e ambientais desses novos modelos de produção.

Importa destacar a máxima de que não se pode gerenciar o que não é mensurável. Ademais, a mudança aqui preconizada requer um sistema de gestão que incorpore indicadores que exprimam e quantifiquem essas externalidades positivas, permitindo a permanente mensuração, verificação e relato (MVR).

Por outro lado, não faz sentido demonizar a agricultura convencional, já que tudo é parte de um mesmo agro. Devemos reconhecer os seus enormes avanços nas últimas décadas, alterando nossa condição inicial de importadores de insumos, máquinas e alimentos para a atual posição de terceiro maior exportador líquido de alimentos.

Fizemos uma verdadeira revolução agrícola, inédita no mundo tropical. Temos, agora, de incorporar novos paradigmas nos nossos modelos de produção.

Para finalizar, quais seriam os ganhos das empresas e das organizações do agro na adoção de modelos sustentáveis de negócios?

- Redução de riscos e custos de capital;
- Acesso a novas fontes de financiamento;
- Acesso e manutenção de novos mercados;
- Resposta às pressões externas e validação sempre da sua "licença para operar";
- Equilíbrio de interesses divergentes (acionistas e demais *stakeholders*);
- Garantia de perpetuidade, ganhos de marca, reputação e retenção de talentos;
- Geração de valor das empresas;
- Alcance de melhores resultados.

Lembrando sempre que não basta fazer; é preciso ter a intenção de fazer. Será sustentável se for 'para todos' e 'para sempre'. ■

LIGA DO ARAGUAIA

Movimento iniciado em novembro de 2014 por pecuaristas do vale do médio Araguaia, liderados pelo Grupo Roncador em parceria com organizações públicas e privadas, tem por objetivos:

- Promover a intensificação sustentável da pecuária de corte da região a partir da recuperação de pastagens degradadas e da redução da pressão pela abertura de novas áreas;
- Replicar práticas de pecuária sustentável com atividades de fomento e capacitação (dias de
- campo e oficinas);
- Adotar e monitorar a adoção de práticas para a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE);
- Conservar e restaurar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL), com a interligação de fragmentos florestais;
- Diferenciar e agregar valor aos produtos e aos serviços das atividades pecuárias da região.

PROJETO CARBONO ARAGUAIA (PARCERIA COM A DOW/CORTEVA)

Voltado ao monitoramento da redução de emissões de GEE resultantes da adoção de práticas de pecuária sustentável no nível prático em 24 fazendas (82.000 hectares).

PROJETO CAMPOS DO ARAGUAIA (PARCERIA COM A TNC E APOIO DO IDH)

Apoio às atividades de intensificação sustentável e regularização ambiental num conjunto de 33 produtores, em cinquenta propriedades, para:

- Restauração e reforma de pastagens em 47 mil hectares até 2022;
- Conservação de 10 mil hectares de APP e restauração de 2 mil hectares de APPs degradadas;
- Conservação de 54 mil hectares de RL e 10 mil hectares de excedentes de RL, totalizando 64 mil hectares destinados a conservação;
- Regularização de 2 mil hectares de RL faltante nos imóveis rurais.

PROJETO GARANTIA ARAGUAIA (PARCERIA COM O IMAFLORA)

Desenvolvimento de ferramentas de MRV relacionadas às práticas produtivas e socioambientais de produtores rurais para futuras conformidade e certificação.

PROJETO CBC ARAGUAIA (PARCERIA COM A EMBRAPA)

Acordo de cooperação com o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte (CNPGC/Embrapa Gado de Corte), em Campo Grande-MS, para examinar a viabilidade técnica dos sistemas de intensificação e de integração lavoura-pecuária para a mitigação de GEE, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Embrapa para o selo Carne Carbono Neutro (CCN), para validação e futura certificação.

PECUÁRIA BRASILEIRA

PROTEÍNA QUE MOVE O MUNDO

CLEBER OLIVEIRA SOARES
Diretor executivo de Inovação e Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

PROJEÇÕES DA Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) mostram que o crescimento da população mundial – que deve alcançar 9,1 bilhões de pessoas em 2050 – exigirá uma produção anual de 470 milhões de toneladas de carne, um crescimento de 59,3% levando-se em conta a produção mundial de 295 milhões de toneladas de carne em 2017. Países em desenvolvimento serão responsáveis por 72% dessa produção. Além do crescimento da população, estudos mostram que existe relação direta entre melhoria da renda do consumidor e maior demanda por proteína de origem animal. Com isso, a expectativa na melhoria de qualidade de vida e renda da população, especialmente na Ásia, na América Latina e em países da África, levará a um maior consumo de carne, leite e seus derivados.



SHUTTERSTOCK

Na contramão do aumento do consumo pela melhoria da qualidade de vida, existem, ainda hoje, cerca de 820 milhões de pessoas famintas no mundo e que precisam ter acesso aos alimentos para que se reduzam as 25 mil mortes diárias decorrentes da fome. É premente e urgente atender a demanda global por alimentos, entre eles os produtos de origem animal, dada a importância da proteína, que é essencial para o desenvolvimento da humanidade.

Para tanto, modelos de produção rentáveis, sustentáveis e que entreguem qualidade e inocuidade – independentemente do tipo de produto, do tamanho da propriedade e da escala de produção – serão cada vez mais indispensáveis. O Brasil possui tecnologia e inovação em cadeias produtivas eficientes que conferem a ele vantagens competitivas e que o projetam para um protagonismo num futuro promissor.

IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO A PASTO

No que se refere às cadeias de carne, leite e seus derivados, a qualidade das nossas pastagens é estratégica na eficiência da produção animal no Brasil. A produção a pasto garante a higidez sanitária e mitiga problemas importantes, como as encefalopatias espongiformes transmissíveis – entre elas, a doença da vaca louca –, consideradas doenças de grande impacto sobre a economia dos países produtores de proteína de origem animal, com repercussões preocupantes para a segurança alimentar mundial.

A produção a pasto é estratégica até mesmo para garantir que o Brasil seja reconhecido e se mantenha com risco insignificante de doença da vaca louca junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). E, após décadas de aplicações de programas de prevenção e controle, o País foi reconhecido, em 2018, pela OIE como livre de febre aftosa com vacinação e ruma para ser, em 2025, livre sem vacinação. É mais uma grande conquista da pecuária nacional.

A produção de carne e leite quase exclusivamente a pasto no Brasil resulta, ainda, em vantagem comparativa por viabilizar custos de produção relativamente baixos e produzir uma "pecuária verde", com produto seguro, de qualidade, sustentável e altamente desejado pelo mercado consumidor. Independentemente do tipo, do tamanho ou do grau de intensificação dos sistemas de produção pecuários, todos estão sob o controle da defesa e da vigilância sanitária oficial, com coordenação nacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou das Agências Estaduais de Defesa e Vigilância Sanitária. Além disso, conforme aumenta a intensificação dos sistemas, é crescente a utilização de assistência veterinária no controle sanitário do rebanho.

PAPEL DAS TECNOLOGIAS

A medicina veterinária preventiva tem papel fundamental na segurança alimentar e no controle da disseminação nos rebanhos de doenças que constituem barreiras sanitárias. Ações sobre patógenos de alto risco biológico, especialmente aqueles de fácil dispersão e os exóticos, estão entre os principais desafios dessa área. Buscam-se métodos de diagnóstico avançados e o desenvolvimento de insumos para prevenção, vigilância, controle e tratamento de enfermidades, utilizando-se a biologia avançada por meio da biotecnologia, da nanotecnologia, da bioinformática e da edição gênica, com contribuições efetivas.

Novos genes, proteínas e outros insumos biológicos – enzimas, carboidratos, glicoproteínas, aminoácidos, quimeras etc. – de patógenos importantes têm sido usados para diagnóstico e vacinas. Por exemplo: para tuberculose animal, já se encontram disponíveis insumos biotecnológicos de diagnóstico rápido, preciso e em massa utilizando proteínas quiméricas recombinantes; no combate a brucelose, há vacinas marcadoras mutantes derivadas de *knockout* gênico; e vacinas com proteínas recombinantes e de subunidades para outros patógenos de suínos, aves, caprinos e ovinos.

Uma grande contribuição dessas tecnologias tem sido o mapeamento da resistência e da suscetibilidade animal às encefalopatias espongiformes transmissíveis, doenças de grande impacto sobre a economia dos países produtores de proteína de origem animal. Entre elas, é possível citar a *scrapie,* em ovinos e caprinos, e a encefalopatia espongiforme bovina (EEB), em bovinos de corte e de leite. As ferramentas auxiliam não só na seleção genética, como também em programas de melhoramento, análises de risco epidemiológico e programas de prevenção e controle das doenças. Esse é um exemplo de como a biotecnologia e a inovação têm contribuído para garantir a segurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo.

BUSCA DE RESPOSTAS

O Brasil está respondendo as questões de ordem global, que incluem segurança alimentar, higidez sanitária dos rebanhos, segurança e defesa das cadeias produtivas, biosseguridade dos alimentos e risco de bioterrorismo. Ao mesmo tempo, o País está desenvolvendo e intensificando os manejos sanitário, reprodutivo e nutricional de animais, com a utilização de programas de melhoramento genético, a melhoria dos processos zootécnicos e o desenvolvimento de insumos e processos produtivos mais eficientes. Esses processos contribuem para o aumento da produção, da qualidade e da segurança dos alimentos e permitem a segurança alimentar do brasileiro e para exportação.

A carne, o leite e seus derivados são alimentos essenciais na dieta da população e possuem importância estratégica para a economia do Brasil, que é um grande produtor de proteína animal e o maior exportador de carne do mundo. Estamos em plena evolução e explorando o potencial da produtividade pecuária sobre os seus sistemas de produção. Nenhum país no mundo possui, de forma combinada, tecnologia e inovação própria, rebanho, boas práticas, volume e sustentabilidade, garantindo segurança alimentar, higidez sanitária, inocuidade e qualidade superior do alimento. É o tripé tecnologia-inovação-proteína em prol da humanidade. ■

CANA-DE-AÇÚCAR

CUSTOS DE PRODUÇÃO *VERSUS* VALOR DE ATR

DA REDACÃO

SEGUNDO UM ESTUDO realizado pelo Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), o resultado do produtor do município de Guariba-SP, na safra 2017/18, foi um prejuízo de R$ 9,51 por tonelada de cana, ou R$ 817,86 por hectare. O estudo considerou uma área de 70 hectares, com produtividade média de 86 toneladas por hectare e 136 quilos de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada (cana de seis cortes). Em uma análise mais ampla, de 42 localidades produtoras de cana-de-açúcar avaliadas, somente quatro apresentaram lucro com a atividade (Iturama-MG, Campo Florido-MG, Frutal-MG e Ourinhos-SP). Todas as demais apresentaram prejuízos.

CUSTOS DE PRODUÇÃO

Segundo o Informativo Produtor da Associação dos Fornecedores de Cana de Guariba (Socicana) e da Coplana – Cooperativa Agroindustrial, entre as safras 2013/14 e 2017/18, os custos de produção da cana-de-açúcar subiram 39% na região de Guariba, no interior do estado de São Paulo, enquanto os custos com corte, carregamento e transporte (CCT), cobrados por alguns grupos, aumentaram 32%. Essa alta explica os problemas de rentabilidade que os produtores de cana estão sofrendo. Estudos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estimam em 34% a alta dos custos de produção em outras regiões canavieiras.

A baixa remuneração da cana é explicada por vários motivos, como a queda do preço do açúcar no mercado internacional e do preço do petróleo, que possui influência direta sobre os preços da gasolina e do etanol. Condições do clima e aumento de pragas com necessidade de maiores gastos em manejo também contribuem.

Diante desse cenário, estudos realizados mensalmente pela Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) comprovam que há uma defasagem percentual de participação da matéria-prima no custo de produção do açúcar e do etanol. Em janeiro deste ano, por exemplo, o preço adotado pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP) ficou defasado em 14,16%, ou seja, o valor de R$ 0,5748 por quilo de ATR deveria ser de R$ 0,6562. Isso sem contar a participação de novos produtos, como a energia elétrica, que não estão inclusos nesses valores. ■

RESULTADO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP

MUNICÍPIO	Área (hectares)[1]	Produtividade (toneladas/hectare)[2]	Custo total de produção (R$/tonelada)[3]	Preço (R$/tonelada)	Lucro/prejuízo (R$/tonelada)
Guariba	70	86	90	80	-9,51
Ribeirão Preto	250	90	85	80	-5,00
Sertãozinho	200	82	95	81	-13,90

1 Área própria; 2 Média do ciclo de produção; 3 Inclui custo operacional, remuneração da terra e custo do capital
Fonte: Pecege

TADEU FESSEL



PASSOS LARGOS NA INDÚSTRIA SUCROENERGÉTICA

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
ETANOL • AÇÚCAR • ENERGIA SÃO PAULO • BRASIL

Uma série de desafios exige grande empenho da entidade. É o caso, por exemplo, do trabalho contra as políticas protecionistas praticadas pelos países na produção e na comercialização de açúcar, com a abertura de três contenciosos na Organização Mundial do Comércio (OMC) nos últimos três anos.

Em 18 de abril último, houve o anúncio da Toyota de que o Brasil produzirá um Corolla com tecnologia *flex* (uso de etanol e gasolina com geração de energia e motorização elétrica ao motor de combustão).

Na bioeletricidade derivada da biomassa de cana-de-açúcar, o potencial existente de crescimento é de 20% com a atual capacidade instalada. Portanto, seja bem-vinda a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que entra em operação no próximo ano.

CANA-DE-AÇÚCAR: RAÍZES E FUTURO DO BRASIL



EVANDRO GUSSI
Diretor presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

Aprendemos, desde a infância, que somos "gigantes pela própria natureza". Sem ignorarmos a beleza e a profundidade do nosso hino, devemos lembrar que o nosso gigantismo decorre, no fundo, do "engenho" e da "arte" dos nossos construtores em cada momento da nossa história. Aos portugueses coube a descoberta de uma autêntica vocação agroindustrial: a cana-de-açúcar. Originária da Ásia e aprimorada na Ilha da Madeira, chegou ao **estado da arte** no Brasil, onde se tornou a primeira das nossas culturas agrícolas e a primeira das nossas atividades industriais.

Além de ser o mais antigo, o mercado sucroenergético foi o que, provavelmente, mais soube se reinventar. Descobrimos o enorme potencial do etanol e da bioeletricidade. Apresentamos ao mundo a revolução do veículo *flex*, hoje com participação de 74% na nossa frota. Em nenhum lugar do mundo, o consumidor possui a liberdade de escolha que temos no Brasil ao chegar a um posto de combustível e escolher entre a gasolina (que tem 27% de etanol, vale dizer) e o etanol. Todas as vezes que chego a um restaurante e tenho as opções de um cardápio à minha disposição, lembro-me de que somos os

únicos no mundo a vivermos uma experiência semelhante ao abastecermos os nossos veículos.

Mais estimulante do que permitir, dado o nosso combustível, a produção dos veículos mais limpos do mundo é mudar a vida das pessoas. E, nesse ponto, o setor sucroenergético foi o protagonista de uma das maiores revoluções socioeconômicas da história brasileira. Respondendo às demandas geradas por um acelerado processo de mecanização na colheita de cana-de-açúcar, o programa RenovAção transformou cortadores de cana em operadores de máquinas, tratoristas, mecânicos, eletricistas, entre outras inúmeras profissões. São milhares de histórias familiares, cujos **finais felizes** fazem inveja aos melhores romances. E, nas suas casas, essas pessoas e os brasileiros em geral, às vezes sem saber, recebem a energia elétrica que produzimos nas nossas usinas; energia limpa e renovável que abastece milhões de residências Brasil afora.

O melhor é saber que tudo isso tem um futuro seguro pela frente. O RenovaBio permitirá que as inúmeras externalidades positivas geradas pelo etanol sejam precificadas por um instrumento de mercado, sem subsídios governamentais ou aumento de impostos. O programa, que deve entrar em vigor a partir do próximo ano, estimulará uma produção mais eficiente, com menores emissões de gases causadores do efeito estufa, gerando uma nova revolução no campo e na indústria.

O produtor de biocombustíveis terá o direito de emitir um título a ser negociado em bolsa a cada tonelada de carbono evitada quando em comparação ao equivalente fóssil. Com isso, contribuirá para uma meta de descarbonização para o setor de transportes, o que exigirá, no caso do etanol, um incremento de 70% na nossa produção nacional.

Para tanto, as usinas deverão certificar-se e realizar a avaliação do ciclo completo de produção para definir os números reais de suas emissões. Já vemos os seus primeiros frutos na corrida tecnológica que se desenvolve nas nossas usinas e temos certeza de que podemos ir muito mais longe ainda. Nada de novo para o setor que nasceu com o Brasil e cujo futuro saberá espelhar a sua grandeza.

A BUSCA DA EFICIÊNCIA NA CADEIA PRODUTIVA

ANTONIO DE PADUA[1]
LUCIANO RODRIGUES[2]
MARIANA REGINA ZECHIN DE LUCCA[3]
JOSÉ GUILHERME DE OLIVEIRA BELON[4]



A agroindústria sucroenergética brasileira possui diversas características que a tornam única no mundo. Entre elas, está a relação desenvolvida entre os elos agrícola e industrial da cadeia, por meio do Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP).

Exemplo incontestável de autogestão setorial, o CONSECANA-SP foi criado diante da necessidade de resposta do setor sucroenergético ao fim dos preços administrados no final da década de 90 do século passado.

O conceito básico do modelo envolve a divisão, entre produtor e indústria, da receita gerada pelas vendas de etanol e açúcar, além de critérios para a quantificação da qualidade da cana-de-açúcar entregue pelo produtor rural.

Nos últimos anos, assim como todo o setor sucroenergético, o CONSECANA-SP passou por transformações constantes. Os seus parâmetros técnicos foram atualizados, com redução nos indicadores de perdas e aumento nos índices de eficiência.

Adicionalmente, com uma nova estrutura de governança, o CONSECANA-SP assumiu uma identidade jurídica própria e passou a comercializar as suas informações com os agentes não associados às duas entidades mantenedoras do sistema (ORPLANA – Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil – e UNICA).

O trabalho conduzido pela Câmara Técnica e Econômica (CANATEC) do CONSECANA-SP, por sua vez, também contribuiu para a padronização da análise da cana-de-açúcar, com desdobramentos refletidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como permitiu a aprovação de novos métodos e equipamentos que podem gerar economia na produção nos próximos anos.

Na atualização realizada em 2019, um novo parâmetro indutor de eficiência foi incorporado ao modelo. Trata-se de um fator para a valorização da pureza do caldo de cana-de-açúcar. A lógica adotada prevê que o produtor receberá um prêmio quando a matéria-prima entregue apresentar pureza superior ao índice médio da unidade produtora. A indústria, por sua vez, beneficia-se com a possibilidade de aumento nos rendimentos na fabricação de açúcar e etanol.

Por fim, vale mencionar que as alterações de mercado observadas nos últimos anos estabeleceram, gradativamente, um caráter de referência ao preço do CONSECANA-SP, de tal forma que o valor final pago pelas indústrias passou a ser determinado pelas peculiaridades técnicas e pelas condições comerciais observadas em cada região produtora.

Essas mudanças decorreram da diversidade presente nas áreas agrícolas e industriais. Nesse contexto, é natural que usinas e produtores estabeleçam mecanismos adicionais de valorização e relacionamento visando à ampliação da sinergia e da competitividade agroindustrial. Esses arranjos permitem que o modelo seja constantemente atualizado e moldado às características de cada região.

Muito mais do que um modelo de precificação, o CONSECANA-SP deve ser encarado como um sistema que oferece bases para uma relação mais ampla de confiança. A despeito das discussões e dos conflitos inerentes à atividade, é inegável que o modelo tem contribuído com a ampliação da transparência, o fortalecimento das associações de classe e a perpetuação da atividade.

1 Diretor técnico da UNICA
2 Gerente do Departamento Econômico da UNICA
3 Especialista econômica da UNICA
4 Analista econômico da UNICA

SUSTENTABILIDADE SEM PRECONCEITOS



RENATA CAMARGO
Assessora jurídica e de Sustentabilidade da UNICA

Falar em sustentabilidade no setor sucroenergético não significa apenas divulgar investimentos em recuperação de vegetação nativa, redução de consumo de água, melhor aproveitamento de subprodutos e de eficiência energética. Falar em sustentabilidade no setor sucroenergético, assim como em todo o agronegócio brasileiro, é um trabalho de desconstrução de preconceitos.

Quando se trata de agronegócio e meio ambiente, os debates tendem a ganhar um viés exclusivamente ideológico, comprometendo a construção de uma solução efetiva para a conciliação entre produção agrícola e proteção da biodiversidade.

O uso de defensivos agrícolas no Brasil é um bom exemplo das famosas frases de impacto. Em tempos de mídias sociais e compartilhamento instantâneo de informações, os dados apresentados sobre o tema não representam a realidade do País. Não é raro depararmo-nos com a seguinte afirmação: "o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo".

No entanto, a simples análise qualitativa dos dados de produção evidenciam que estamos diante de uma visão tendenciosa, para não dizer maliciosa. Ao compararmos a área cultivada no País à nossa produção de alimentos e à quantidade de defensivos químicos utilizada, o mito de que o Brasil é líder no uso desses produtos simplesmente não sobrevive.

O estudo do professor Caio Carbonari, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita

Filho" (Unesp), *campus* de Botucatu, concluiu que o Brasil, na verdade, figura entre os países mais eficientes no manejo agrícola. Quando observamos a relação entre o volume de defensivos e a área cultivada, o Brasil figura apenas na sétima posição. Já quando correlacionamos o volume de defensivos à produção de alimentos, o Brasil ocupa a 13ª posição no *ranking* de uso desses produtos. Na prática, isso significa que somos mais eficientes do que países tidos como referência em sustentabilidade e longevidade, como Japão, Coreia do Sul, Alemanha, entre outros.

No caso da cana-de-açúcar, além desse racional de eficiência, ainda nos destacamos pela baixa demanda em volume bruto de defensivos. Mesmo com a eliminação da queima, a cultura de cana-de-açúcar figura entre as culturas que menos utilizam defensivos por hectare cultivado, com uma média de 4,5 litros de defensivo por hectare, um valor significativamente menor do que outras culturas, segundo dados compilados a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[1].

MÉDIA DO USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS POR CULTURA

CULTURA AGRÍCOLA	Litros por hectare
Cana-de-açúcar	4,8
Soja	17,7
Café	10,0
Fumo	60,0
Uva	12,0
Feijão	5,0
Girassol	7,4
Tomate	20,0
Cítricos	23,0

Essa realidade decorre do desenvolvimento de novas técnicas para controle de pragas, que buscam conciliar o uso consciente de defensivos com técnicas de controle biológico e cultivo de variedades mais resistentes a determinadas pragas.

Os números de sustentabilidade do setor sucroenergético também se destacam. Recentemente, os resultados obtidos com a eliminação da queima e a recuperação de matas ciliares (protocolos Etanol Verde e Etanol Mais Verde) foram apresentados como iniciativas de sucesso no âmbito da 14ª Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (a última COP de Biodiversidade), garantindo reconhecimento internacional para as ações desenvolvidas pelo setor para a proteção da biodiversidade.

O desafio, agora, é garantir esse mesmo reconhecimento em território nacional e demonstrar que a coexistência entre as mais diversas cadeias produtivas e a proteção da biodiversidade é possível, porém, para que isso ocorra, precisamos ir além das frases de impacto, pois sustentabilidade é algo que se pratica diariamente, com o comprometimento de todos, nas cidades, no campo e na indústria.

1 PIGNATI, Wanderlei Antonio *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. *Ciência Saúde Coletiva*, 2017, vol. 22, nº 10. ISSN 1413-8123

RESULTADOS DOS PROTOCOLOS ETANOL VERDE E ETANOL MAIS VERDE*

- 98,5% de toda área de cana é colhida de forma mecanizada e sem o uso do fogo;
- + 38 milhões de mudas de vegetação nativa plantadas;
- + 200 mil estádios de futebol de mata ciliar protegidos;
- Redução do consumo de água: 5,00 m^3/t de cana processada (década de 1990) para 0,91 m^3/t (safra 2016/17).

*Assinados em 2017 pela UNICA, pela ORPLANA e pelo governo do estado de São Paulo (por meio da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB – e das Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura)

O GOSTO AMARGO DO PROTECIONISMO DO AÇÚCAR



EDUARDO LEÃO DE SOUSA
Diretor executivo da UNICA

GÉRALDINE KUTAS
Assessora sênior para Assuntos Internacionais da UNICA

LETÍCIA PHILLIPS
Assessora representante da UNICA para a América do Norte

Não é de hoje que o açúcar é um dos produtos mais protegidos do mundo. Porém, a escalada recente desse fenômeno, tão bem personificada pela doutrina do "America First", imposta pelo presidente americano Donald Trump, tem ampliado ainda mais o protecionismo a esse produto em diversos países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Grandes consumidores, como Estados Unidos, Europa e China, responsáveis por mais de um quarto do consumo global, dão incentivos à produção por meio de pesados subsídios e, ainda, protegem os seus mercados por meio de cotas e tarifas ao produto importado. Com isso, chegam a produzir 80% do seu consumo e importam apenas 20% das suas necessidades. Só para se ter uma ideia, as tarifas de importação fora da cota para essas três regiões são da ordem de 100% do valor internacional do açúcar. Ou seja, dadas essas tarifas proibitivas, cria-se uma forte – ou quase impenetrável – barreira às nossas exportações de açúcar. Incluem-se aí, também, grandes países produtores e exportadores, tais como a Tailândia e a Índia, que, na última safra, exportaram mais de 20% do comércio mundial, gerando forte depressão nas cotações internacionais e penalizando os países que atuam dentro das regras de mercado.

Essa situação tem gerado uma oportuna reação por parte do governo brasileiro, apoiado pela iniciativa privada, sob a forma de abertura de três contenciosos na OMC nos últimos três anos. O primeiro deles questionou o sistema da Tailândia, que se caracterizava por cotas de produção interna e um imposto elevado sobre as vendas domésticas de açúcar, utilizado para financiar o setor. Ante o questionamento do Brasil em 2016, o governo desse país prontificou-se a reformar o seu regime açucareiro, o que está em progresso.

Em relação à China, o País aplica uma medida de salvaguarda contra as importações de açúcar desde maio de 2017, elevando a tarifa de importação para 90%. O governo brasileiro abriu um processo de consultas na OMC, e, como resultado das discussões entre os dois países, foi assinado um acordo por meio do qual a China se comprometeu a não renovar a salvaguarda a partir de maio de 2020 sob a condição de o Brasil não iniciar o pedido de painel. Como no caso da Tailândia, foi uma excelente solução negociada.

Finalmente, a Índia subsidia fortemente o seu setor açucareiro, providenciando um preço administrado para os produtores de cana-de-açúcar cada vez mais elevado e fornecendo subsídios à exportação ilegais do ponto de vista das regras da OMC para poder vender no mercado mundial os excedentes de açúcar que o sistema gera. O Brasil, junto a Austrália e Guatemala, pediu consultas ao governo indiano na OMC em abril de 2019.

TADEU FESSEL



O Brasil é o maior produtor e exportador de açúcar, posição conquistada por meio de uma produção altamente competitiva e diversificada. Nesse sentido, o setor privado brasileiro também está trabalhando em uma agenda colaborativa, ajudando esses países produtores a buscarem alternativas para a cana-de-açúcar a exemplo do programa de etanol brasileiro. Essa opção pode não somente oferecer uma solução de longo prazo aos produtores, mas também permitir equilíbrio e previsibilidade ao mercado de açúcar, ao mesmo tempo que contribui para o meio ambiente e a saúde pública nas grandes cidades daqueles países.

VEÍCULOS HÍBRIDOS *FLEX*: O FUTURO É HOJE!



ALFRED SZWARC
CONSULTOR DE TECNOLOGIA E
MEIO AMBIENTE DA UNICA

A data de 18 de abril de 2019 entrou para o calendário como um dos marcos da inovação tecnológica no País. Em cerimônia realizada na sede do governo do estado de São Paulo, a Toyota anunciou que o Corolla produzido no País é o primeiro veículo no mundo que casará a tecnologia *flex* – que possibilita o uso de etanol, de gasolina ou de qualquer uma de suas misturas – com a propulsão híbrida – que associa a geração autônoma de energia e motorização elétrica ao motor de combustão.

O resultado é um veículo que, quando abastecido com etanol, poderá ser qualificado como uma das soluções tecnológicas mais limpas já concebidas para o transporte de passageiros. Apesar de a Toyota não ter apresentado as características do modelo por este estar em processo de homologação, é possível inferir alguns dados interessantes que permitem ilustrar benefícios importantes.

Em dezembro de 2018, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) publicou uma análise[1] que estima que, considerando o ciclo de vida do etanol, da gasolina (27% etanol) e da matriz brasileira de geração elétrica, a emissão de gás carbônico (CO_2)[2] por um veículo híbrido operando com etanol (74 g CO_2 eq./km) seria substancialmente inferior àquela referente a um veículo *flex* operando com gasolina (196 g CO_2 eq./km) e, inclusive, menor do que a associada a um veículo 100% elétrico a bateria (96 g CO_2 eq./km).

No que se refere à emissão de poluentes convencionais, com base na diferença observada entre veículos comuns a gasolina e seus equivalentes híbridos, é razoável supor que a emissão poderá ser reduzida em cerca de 70% ou mais, o que, certamente, é uma ótima notícia para a saúde pública. Quanto ao consumo de combustível, com base nos conceitos aplicados no Toyota Prius, que serve de referência para o Corolla, acredita-se que o consumo com etanol em trânsito urbano poderá situar-se entre 11 km/L e 13 km/L, embora seja, sob o ponto de vista técnico, possível atingir valores ainda melhores.

De todo modo, os números de consumo representarão um avanço notável em relação ao Corolla *flex* atual, que apresenta valores oficiais, nas mesmas condições de uso, na faixa de 7,2 km/L a 7,8 km/L dependendo da versão considerada. De acordo com o anúncio feito na cerimônia pelo governador João Doria, o novo modelo estará disponível para a comercialização a partir de outubro de 2019. Portanto, não demorará muito até que a Toyota divulgue todos os detalhes e as especificações do novo modelo.

Notícias de bastidores sugerem que outras montadoras já estariam trabalhando para dispor também de produtos híbridos *flex* até 2020, o que é uma boa notícia. É o Brasil apresentando ao mundo uma opção inteligente de eletromobilidade com o uso do etanol, sem necessidade de investimentos em infraestrutura de recarga elétrica.

1 Eletrificação de Veículos e o Futuro do Etanol no Brasil. Dezembro de 2018

2 O CO_2 é reconhecido como o principal responsável pelo aquecimento global

BIOELETRICIDADE: TERCEIRA FONTE DE GERAÇÃO NO PAÍS



ZILMAR JOSÉ DE SOUZA
GERENTE DE BIOELETRICIDADE DA UNICA

Em 2018, a bioeletricidade permaneceu ocupando o terceiro lugar entre as fontes mais importantes na Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) no País, quase empatando com o gás natural. A fonte biomassa gerou 52,5 terawatts-hora (TWh), incluindo a geração destinada ao autoconsumo, representando 8,3% de toda a OIEE.

Além de incluir a autoprodução, a geração pela fonte biomassa contempla os diferentes combustíveis a partir da biomassa, sendo os principais aqueles derivados da biomassa de cana, de resíduos florestais e do licor negro presente na indústria de papel e celulose. Em 2018, do total da bioeletricidade ofertada para a rede, 82% foram produzidos a partir da biomassa disponível no setor sucroenergético brasileiro.

A bioeletricidade já chegou a crescer 15% entre 2011 e 2012. Em 2018, o crescimento de apenas 2,5%, em relação a 2017, poderia ter sido bem maior, pois a geração de bioeletricidade de cana para a rede foi inibida:

- pela judicialização e pela inadimplência no Mercado de Curto Prazo (MCP), que se arrastam desde 2015. Em 2018, o gerador que não tem liminar protegendo o recebimento de seus créditos recebeu, na média, apenas 4% de seus créditos no MCP; e

- pela falta de ajustes na metodologia de revisão da garantia física das usinas à biomassa, variável que determina a quantidade máxima de energia que uma usina pode comercializar no mercado. A metodologia não está aderente à dinâmica de geração de energia pelo setor sucroenergético.

Resolvendo-se essas questões, a bioeletricidade tem capacidade para produzir 20% ou mais nas próximas safras para o Sistema Interligado Nacional (SIN), sem necessariamente aumentar a capacidade instalada, apenas maximizando as possibilidades de geração com a biomassa própria e de terceiros.

No ano passado, 63% de toda a bioeletricidade sucroenergética ofertada para a rede ocorreu nos meses em que as contas de luz tiveram a chamada bandeira tarifária vermelha, no seu patamar mais elevado da cobrança extra, indicando como é estratégico estimular essa geração renovável e sustentável para o setor elétrico brasileiro. ■

BRASIL: OIEE POR FONTE EM 2017 E 2018
(EM TWh)

FONTE	2017	2018	Var. (TWh)	Var. (%)
Hidroeletricidade	407,0	423,5	16,5	4,0%
Gás natural	65,6	53,7	-11,8	-18,0%
Bioeletricidade	51,2	52,5	1,3	2,5%
Eólica	42,5	48,7	6,2	14,7%
Nuclear	15,6	16,4	0,8	5,3%
Carvão mineral	16,2	13,3	-3,0	-18,2%
Gás industrial	12,5	12,0	-0,5	-3,8%
Derivados de petróleo	12,5	8,2	-4,3	-34,2%
Solar	0,6	3,8	3,2	533,3%
TOTAL	**623,7**	**632,1**	**8,4**	**1,4%**

Fonte: MME (2019)



DIVULGAÇÃO inpEV

PIONEIRISMO AO ADOTAR O MODELO DE ECONOMIA CIRCULAR

O Sistema Campo Limpo acumula resultados positivos, cuidando de todo o ciclo de vida das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

À medida que crescem as ameaças à saúde do Planeta, aumenta a importância de adotar soluções concretas para evitá-las. A economia circular e a sua proposta de se preocupar com todo o ciclo de vida de bens e produtos consolida-se como uma alternativa fundamental para a construção de um mundo sustentável. Nesse cenário, destaca-se o pioneirismo do Sistema Campo Limpo, programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias e sobras pós-consumo de defensivos agrícolas, que nasceu em 2002 seguindo esse conceito.

Focado em encaminhar as embalagens para destino ambientalmente correto, o programa apresenta resultados positivos crescentes. Desde a sua criação, destinou adequadamente mais de 500 mil toneladas de embalagens pós-consumo (44.261 toneladas apenas em 2018) e vem mantendo-se na liderança mundial ao enviar cerca de 94% das embalagens plásticas primárias colocadas no mercado para reciclagem (91% desse total) e incineração (9%).

As onze recicladoras parceiras do Sistema prolongam a vida útil das embalagens ao produzir diversos artefatos plásticos, dentre eles conduítes, dutos, tubos para esgoto e caixas de bateria automotiva. Fechando o ciclo de gestão das embalagens dentro da própria cadeia, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos e a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas fabricam, a partir do material reciclado, embalagens e tampas (as Ecoplásticas e as Ecocaps) respectivamente, que voltam a atender a indústria de agroquímicos.

"Para garantir o sucesso das iniciativas que seguem o conceito de economia circular, é fundamental que cada um tenha consciência do seu papel e faça a sua parte. Afinal, quem se beneficiou da existência de qualquer produto (seja uma camiseta ou um produto químico) também é responsável por ele. Os fabricantes, a cada dia, percebem mais a importância de valorizar o que era chamado de lixo. Essa é uma tendência que pode representar uma verdadeira revolução industrial, valorizando o resíduo e poupando recursos naturais", explica Renata Nishio, gerente de Destinação Final e Desenvolvimento Tecnológico do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV).

PAPEL DE CADA UM

Um dos fatores responsáveis pelo sucesso da trajetória do Sistema Campo Limpo é, justamente, a adoção do conceito de responsabilidade compartilhada, estabelecido pela legislação. A Lei Federal nº 9.974/00 e o Decreto nº 4.074/02 definem o papel de cada elo da cadeia agrícola: indústria, agricultores, canais de distribuição e poder público. Representante da indústria fabricante de defensivos agrícolas, o inpEV atua como entidade gestora do Sistema.

Cabe ao Instituto fazer a gestão do programa e promover ações de educação e conscientização, principalmente junto a agricultores, pois eles têm a obrigação de devolver as embalagens lavadas e inutilizadas nas mais de quatrocentas unidades de recebimento dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal ou nas iniciativas de recebimento itinerante. Somente em 2018, foram realizados cerca de 4,6 mil recebimentos itinerantes, que facilitam o acesso de agricultores localizados em áreas distantes das unidades de recebimento.

A legislação estabelece, ainda, que os canais de distribuição de defensivos agrícolas devem indicar o local de devolução na nota fiscal de compra e dispor de uma estrutura adequada para o recebimento do material. O poder público tem a responsabilidade de realizar a fiscalização e o licenciamento das unidades de recebimento, além de apoiar os fabricantes na promoção de ações de educação ambiental necessárias para o bom funcionamento do Sistema.

DIVULGAÇÃO inpEV



EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES

A busca permanente do Sistema por aperfeiçoar a sua atuação inclui facilitar a devolução das embalagens pelos agricultores. Assim, o Sistema preocupa-se em avaliar possibilidades de ampliar a sua capilaridade por meio de recebimentos itinerantes e pela inauguração de novas unidades.

O estado do Amapá ganhou a sua primeira unidade, o posto de Macapá, em funcionamento desde fevereiro. Com capacidade para receber 80 toneladas de embalagens vazias, a unidade é gerenciada pela Associação de Revendedores de Insumos e Defensivos Agrícolas no Estado do Amapá (Aridap).

Em abril, foi inaugurada a central de Placas, a segunda no município de Barreiras, na Bahia. Gerenciada pelo inpEV, vai atender cerca de 250 agricultores da região oeste do estado. Com 1.200 metros quadrados de área construída, tem potencial para receber 1.000 toneladas de embalagens por ano.

Outra grande iniciativa de expansão, que acontece desde 2015, é a adaptação das centrais para recebimento de sobras pós-consumo de defensivos agrícolas. Para atender as demandas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – regulamentada pela Lei Federal nº 12.305/10 e pelo Decreto nº 7.404/10 – com relação às sobras que podem estar com os agricultores, o Sistema Campo Limpo promoveu adaptações em 103 centrais e 101 postos de recebimento de embalagens, que estão aptos a receber esse material.

Depois da realização de ajustes que envolveram desde reformas na estrutura física – com a definição de um espaço específico para o armazenamento – até treinamento de equipes e obtenção de novas licenças de operação, o Sistema recebeu e destinou aproximadamente 100 toneladas de resíduos de defensivos agrícolas pós-consumo em 2018.

O licenciamento ambiental resulta de novas diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 465, publicada em dezembro de 2014. Ela substituiu

DIVULGAÇÃO inpEV



a Resolução nº 334/03 e permitiu a obtenção da licença de operação para recebimento de sobras de defensivos agrícolas regularmente fabricados e comercializados.

ECOEFICIÊNCIA EM EVOLUÇÃO

Em seus dezessete anos de operação, o programa de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas acumula benefícios ambientais crescentes, comprovados pelo estudo de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) realizado pela Fundação Espaço ECO®. O mais recente levantamento indicou que o Sistema Campo Limpo evitou, de 2002 a 2018, a emissão de 688 mil toneladas de gás carbônico equivalente (CO_2 eq.). Esse volume corresponde à emissão de 4 mil viagens de caminhão ao redor do mundo.

Se o Sistema não existisse, e essa emissão acontecesse, seria preciso plantar 4 milhões de árvores para compensá-la. O estudo mostrou, ainda, que, até o ano passado, o Sistema evitou o consumo de 30 bilhões de megajoules, o equivalente ao consumo de energia elétrica de 4 milhões de residências durante um ano.

inpEV NAS ESCOLAS

No cumprimento da sua missão educativa, o inpEV tornou-se um disseminador da mensagem sobre a importância da conservação ambiental, temática em que está inserida a correta destinação das embalagens vazias de defensivos agrícolas. Uma das iniciativas de destaque com esse objetivo é o Programa de Educação Ambiental (PEA) Campo Limpo, que foi criado em 2009 para apoiar instituições de ensino na complementação de conteúdos curriculares relacionados ao meio ambiente.

Desde o início do PEA, participaram 1,4 milhão de alunos de 58 mil salas de aula de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Neste ano, 9 mil *kits* educativos foram distribuídos pelo Programa, que dá suporte a escolas públicas e privadas em temas alinhados à PNRS e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Uma das principais inovações da atual edição do PEA é o alinhamento dos conteúdos pedagógicos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que dá as diretrizes de conteúdo de todos os materiais didáticos utilizados nas escolas brasileiras. Por isso, os textos e as atividades do *kit* do PEA trazem indicações das principais competências que podem ser trabalhadas ou reforçadas pelos professores em disciplinas como Ciências, Geografia, Matemática, Artes e Língua Portuguesa.

Nos últimos anos, o material pedagógico abordou o tema geral "Resíduos sólidos: responsabilidade compartilhada", com foco no papel de todos os atores sociais (2016), da escola (2017) e da família (2018). Neste ano, a ênfase é no protagonismo do aluno. A intenção é divulgar informações e sugestões de práticas para estimulá-lo a se engajar em iniciativas ambientais ligadas a resíduos sólidos que estejam ao seu alcance – na família, na escola e na comunidade.

O *kit* deste ano compreende um caderno do professor, um cartaz interativo, uma escala da embalagem sustentável (régua para o aluno investigar a sustentabilidade das embalagens vazias de uso cotidiano) e um jogo de tabuleiro colaborativo, em que as crianças podem refletir sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e as atitudes sustentáveis antes e depois do consumo.

> "PARA GARANTIR O SUCESSO DAS INICIATIVAS QUE SEGUEM O CONCEITO DE ECONOMIA CIRCULAR, É FUNDAMENTAL QUE CADA UM TENHA CONSCIÊNCIA DO SEU PAPEL E FAÇA A SUA PARTE. (...) QUEM SE BENEFICIOU DA EXISTÊNCIA DE QUALQUER PRODUTO (...) TAMBÉM É RESPONSÁVEL POR ELE."
>
> RENATA NISHIO, gerente de Destinação Final e Desenvolvimento Tecnológico do inpEV

NOVA PLATAFORMA DE EAD

Entre as iniciativas educacionais de destaque do Sistema Campo Limpo, está o lançamento da versão modernizada do seu curso virtual. Para acompanhar a evolução da tecnologia, o programa de Educação a Distância (EAD) ganhou uma nova plataforma, com mais recursos para transmitir o conteúdo de forma mais interativa e ágil.

> "ESSAS INOVAÇÕES NO CURSO ON-LINE SÃO FUNDAMENTAIS PARA QUE O TREINAMENTO CHEGUE A TODOS OS INTERESSADOS EM INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA CAMPO LIMPO E A LOGÍSTICA REVERSA."
>
> MARIA HELENA ZUCCHI CALADO, gerente de Sustentabilidade do inpEV

Disponível na internet desde 2007 para permitir aos usuários aperfeiçoarem e testarem seus conhecimentos sobre a destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas, o curso mantém o seu conteúdo robusto, incluindo informações sobre legislação, funcionamento do Sistema, responsabilidades de cada elo, entre outras. A grande novidade dessa versão é a plataforma, que utiliza novos mecanismos para tornar o curso mais interativo e rápido, facilitando a absorção do conteúdo, inclusive pelo celular. "Essas inovações no curso on-line são fundamentais para que o treinamento chegue a todos os interessados em informações sobre o Sistema Campo Limpo e a logística reversa", destaca Maria Helena Zucchi Calado, gerente de Sustentabilidade do inpEV.

Todas essas realizações refletem os valores que permitiram ao inpEV ser aceito como signatário da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. O Instituto está alinhado aos princípios básicos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, defendidos pelo grupo, que possui oitocentos membros no País e 9.900 em todo o mundo. "É importante fazer parte de um grupo em que os membros têm interesses comuns e defendem valores aceitos internacionalmente. Representa uma disposição de tocar uma agenda sustentável em conjunto", afirma Maria Helena. ■

QUINZE ANOS DO DIA NACIONAL DO CAMPO LIMPO

Um dos maiores exemplos das iniciativas de conscientização realizadas pelo Sistema é o Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL), que chega, neste ano, à sua 15ª edição. O dia 18 de agosto, que, desde 2008, integra o calendário oficial brasileiro de datas comemorativas, marca a celebração dos importantes resultados do Sistema, traz para debate a questão ambiental no campo e reconhece a participação dos diferentes agentes envolvidos na logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

A comemoração inclui ações comunitárias, atividades nas mais de cem centrais de recebimento (como apresentações teatrais ou musicais, atividades didáticas e recreativas), palestras em universidades e encontros com autoridades locais, entre outras iniciativas realizadas no entorno das unidades de recebimento e que estimulam a comunidade local a refletir sobre a importância da conservação do meio ambiente e o papel que podem desempenhar nesse esforço.

O DNCL já atingiu mais de 1 milhão de participantes na sua trajetória desde 2005. No ano passado, houve atividades em 107 centrais de recebimento de embalagens vazias, com a participação de mais de 77 mil pessoas.

DIVULGAÇÃO



COOXUPÉ

COM SAFRA ABERTA OFICIALMENTE, A COOXUPÉ PREPARA COOPERADOS PARA A COLHEITA NOS DIAS DE CONHECIMENTO

Evento é realizado em todos os núcleos da cooperativa, levando ao produtor orientações técnicas e informações sobre gestão e manejo.

A SAFRA na área de ação da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) teve início em 13 de maio último. A estimativa de produção dos cooperados da Cooxupé neste ano – ciclo baixo do café – é de 7,6 milhões de sacas do tipo Arábica.

De acordo com o presidente da Cooperativa, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, muitos produtores estão iniciando a colheita com certa preocupação, devido às questões econômicas – amenizadas com a oferta de recursos disponibilizada pela Cooxupé nessa época e a distribuição das sobras dos resultados do ano passado, que totalizaram R$ 50 milhões – e, também, à qualidade dos frutos. "A florada foi atípica e, em uma mesma lavoura, aconteceu em períodos diferentes, tendo como consequência a não uniformidade da maturação dos frutos. Com isso, muitos cafeicultores estão atentos à melhor forma de fazer a colheita sem perder a qualidade e minimizar uma possível quebra na produção", constata.



Carlos Augusto Rodrigues de Melo, presidente da Cooxupé, e Osvaldo Bachião Filho, vice-presidente

O PREPARO PARA A SAFRA

No calendário de eventos promovidos pela Cooxupé neste ano, ela preparou os Dias de Conhecimento nos meses de abril e maio com o objetivo de atualizar as informações junto aos cooperados, preparando-os para um dos períodos mais importantes da vida do cafeicultor: a colheita.

O ciclo de palestras foi realizado em todos os núcleos da Cooxupé, destacando sempre um assunto técnico de relevância definido para cada unidade de negócios. O tema escolhido pela Cooperativa foi "Recebimento e armazenamento de fertilizantes em bags", uma nova realidade que fará parte da vida do produtor a partir de 2021, quando os produtos poderão ser acondicionados somente em *bags* específicas, e não mais em sacarias.

Além desse tema definido pela Cooxupé, cada unidade recebeu um especialista para a discussão de diferentes assuntos, levando em conta as características de cada região:

- Como planejar e ter eficiência na colheita mecanizada de café;
- Gestão de propriedades cafeeiras em épocas de crise de preço;
- Manejo da adubação do cafeeiro e do consórcio com braquiária;
- Manejo de pós-colheita do café;
- Nutrição equilibrada do cafeeiro;
- Tecnologia de aplicação;
- Manejo da irrigação localizada no cafeeiro;
- Diagnóstico da cafeicultura no sul de Minas;
- Renovação do cafeeiro;
- Manejo da lavoura para altas produtividades;
- Mecanização na cafeicultura de montanha.

De acordo com o vice-presidente da Cooxupé, Osvaldo Bachião Filho, a participação do cooperado em eventos desse tipo é de fundamental importância. "Com esse ciclo de palestras, reforçamos a mensagem aos nossos produtores sobre produzir com qualidade, como elevar a eficiência dos cafezais e, principalmente, reduzir custos, especialmente durante a colheita, que é uma ação responsável por 40% dos custos de produção do cafeicultor", aponta.

Os Dias de Conhecimento foram realizados nas cidades mineiras de Campos Gerais, Alfenas, Carmo do Rio Claro, Monte Santo de Minas, São Pedro da União, Nova Resende, Monte Carmelo, Araguari, Cabo Verde, Rio Paranaíba, Serra do Salitre, Guaxupé/Guaranésia e Campestre e na média Mogiana do estado de São Paulo, nos municípios de São José do Rio Pardo e Caconde. ■



Dia do Conhecimento em Cabo Verde-MG

Science for a **better life**

Será possível as fontes de água doce do mundo acabarem?

3% da água doce está disponível para uso e 69% dela é usada na agricultura

68% da água poderia ser economizada com sistemas de irrigação por gotejamento



CanWeLiveBetter.com.br

Fonte 1: Water for People. Water for Life. The United Nations World Water Development Report, UNESCO, 2003.
Water Withdrawal. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014.
Fonte 2: Water Savings Potentials of Irrigation Systems: Global Simulation of Processes and Linkages. Hydrology and Earth System Sciences, 2015.

BAYER

ESTAMOS FAZENDO AS MELHORES ESCOLHAS PARA UMA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS?

ALESSANDRA FAJARDO
Engenheira agrônoma e diretora de Políticas Agrícolas e Relacionamento com Stakeholders da Bayer

BAYER
Se é Bayer, é bom

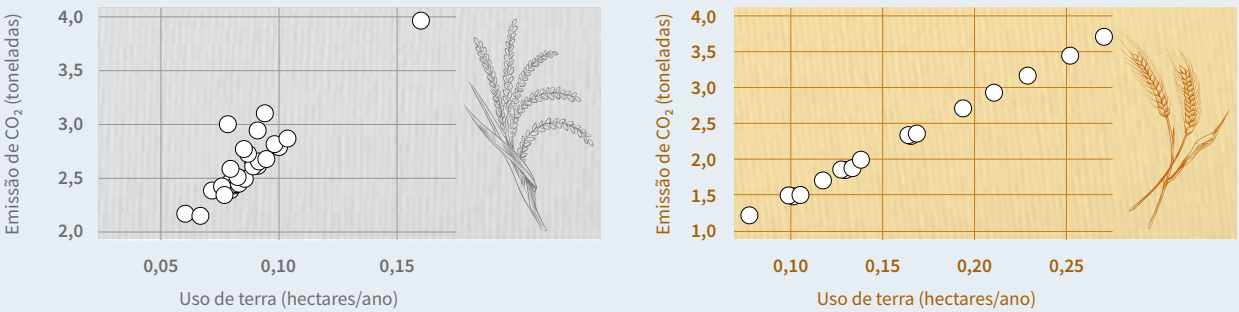


É MUITO comum ouvirmos falar que a atividade agrícola de alta produtividade é mais nociva para o meio ambiente do que as práticas tradicionais, reconhecidas como "naturais". Contudo, uma publicação da revista Nature Sustainability sinaliza o contrário. Cientistas da Universidade de Cambridge conduziram um estudo integrando dezessete organizações de pesquisa do Reino Unido e de diversos outros países, incluindo Brasil, Polônia, Austrália, México e Colômbia, com a ideia de avaliar os impactos ambientais de quatro sistemas agrícolas: arroz (Ásia), trigo (Europa), carne bovina (América Latina) e leite (Europa). Foram analisadas as perdas de solo, as emissões de CO_2 e o consumo de nitrogênio, fósforo e água em sistemas de alta e baixa produtividades.

Considerando que cada ponto das figuras a seguir corresponde a diferentes tecnologias empregadas nas lavouras de arroz e trigo, além da correlação entre o uso da terra e a emissão de CO_2, verificamos o quanto os impactos ambientais podem ser variados nos diversos modos produtivos.

O trabalho revelou que a agricultura de baixo rendimento necessita de mais terra e libera mais gases do efeito estufa do que a de alta *performance,*

EMISSÃO DE CO_2 DECORRENTE DA PRODUÇÃO DE ARROZ E TRIGO EMPREGANDO DIFERENTES SISTEMAS DE CULTIVO



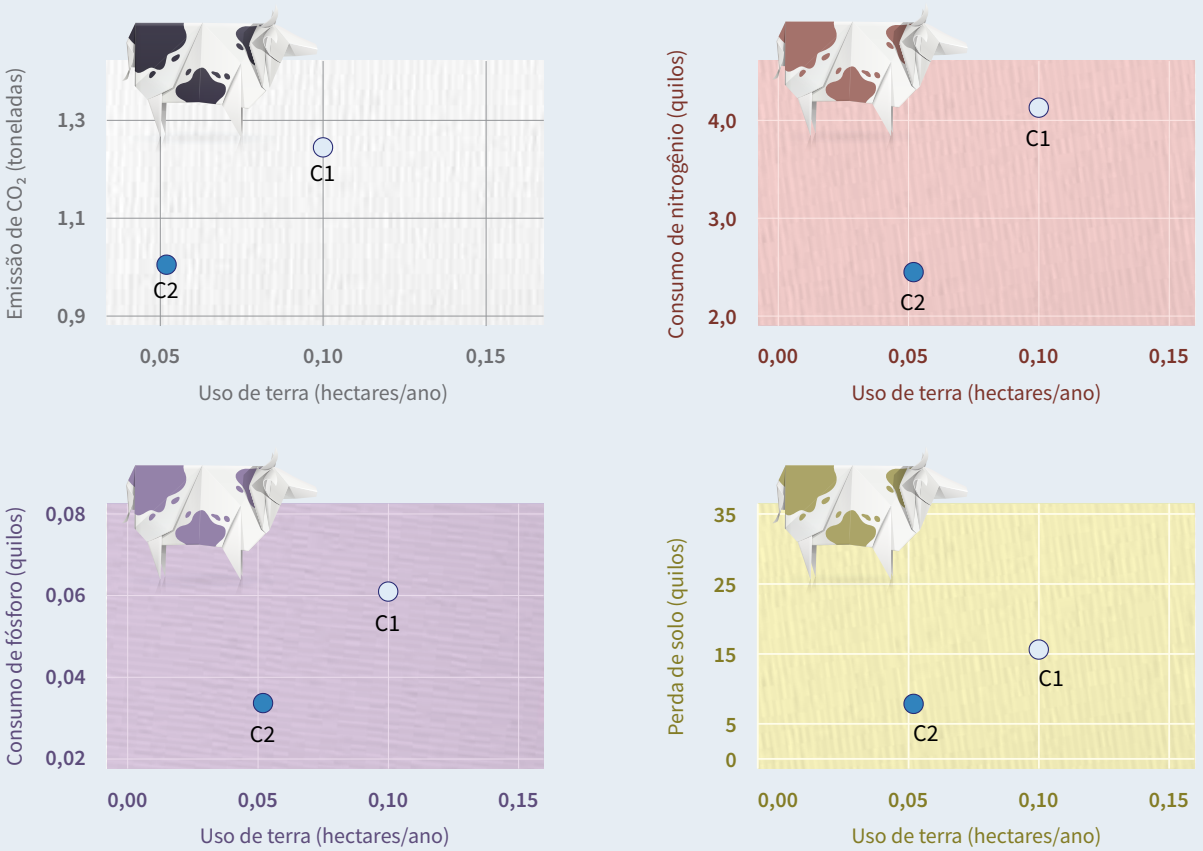
Nota: cada ponto corresponde a distintas tecnologias associadas às sementes, aos insumos e ao manejo
Fonte: BALMFORD *et al.* The environmental costs and benefits of high-yield farming. *Nature Sustainability*, 1 477-485, Sep. 2018

cuja produção é maior na mesma área. No setor lácteo, para a mesma quantidade de leite, os sistemas intensivos tiveram impactos sobre o solo e a emissão de CO_2 substancialmente menores quando comparados aos dos que empregaram apenas pastagens. Isso significa que, em todos os casos, os sistemas de melhor rendimento contribuem para a preservação da biodiversidade ao permitirem mais colheitas e produção mais farta de carne ou de leite em um espaço de terra menor. Uma das consequências desse aumento de eficiência no uso dos recursos naturais é a elevação da capacidade global de poupar florestas e outros hábitats.

Assim, o estudo reforça a importância da agricultura moderna como a melhor forma de atender a crescente demanda por alimentos. A produção sustentável implica a obtenção de máxima produtividade nas regiões agriculturáveis. Para ajudar a superar esse desafio, diversas tecnologias oriundas dos investimentos em ciências da vida têm chegado ao campo. A agricultura alicerçada nessas inovações possibilita aos produtores colheitas abundantes, preservação de solo, economia de água e muitos outros benefícios que vão além da porteira.

Desta maneira, no contexto de produção sustentável de alimentos, as práticas tradicionais não fazem mais sentido. A cada dia, é mais evidente que não é possível dissociar o rendimento produtivo agrícola do seu desempenho ambiental. E precisamos estar preparados para esses desafios. ■

IMPACTO AMBIENTAL DA PRODUÇÃO DE LEITE (NA EUROPA) EMPREGANDO SISTEMAS DE PASTAGENS (C1) E CONCENTRADOS (C2)



Fonte: BALMFORD *et al*. The environmental costs and benefits of high-yield farming. *Nature Sustainability*, 1 477-485, Sep. 2018

A TABELA DE FRETE NA CONTRAMÃO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



HÁ UM ano, os caminhoneiros deram início a uma greve que paralisou o País, restringiu o direito de ir e vir das pessoas e promoveu o desabastecimento de matérias-primas, medicamentos e gêneros alimentícios. Os caminhoneiros bloquearam as principais rodovias de todo o País por mais de uma semana, afetando a vida de todos os brasileiros.

A motivação para a greve foi a escalada dos preços do diesel, que, com a nova política de reajuste da Petrobras, passaram a acompanhar o preço do petróleo no mercado internacional. Ocorre que a disparada dos preços do petróleo nos meses de abril e maio de 2018 desencadeou um forte reajuste nas bombas, trazendo insatisfação ao segmento de transporte rodoviário. Como resultado da negociação com os caminhoneiros, o Governo decidiu subsidiar o diesel em R$ 0,46 por litro e instituir a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vem realizando audiências públicas para estabelecer, por meio de uma nova Resolução, as regras e a metodologia para cálculo do piso mínimo do frete a ser praticado no mercado. Por outro lado, cabe mencionar que a Lei n° 13.703/18, que instituiu a política de pisos mínimos, está sendo questionada quanto à sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) por intermédio de três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI).

Na visão da FAESP, a fixação de pisos mínimos para o transporte de cargas fere a livre iniciativa e a livre concorrência, sendo uma interferência indevida no mercado, inclusive porque as verdadeiras causas que levaram os caminhoneiros a reclamarem são variadas e não se assentam apenas na variação de preço do diesel.

O aumento de caminhões no mercado elevou a oferta de frete e a concorrência. Por outro lado, a recessão brasileira impôs uma redução da atividade econômica e da demanda por frete, fazendo com que a oferta e a demanda se desencontrassem, alterando o equilíbrio de preços. Não se pode deixar de mencionar o impacto da carga tributária sobre o diesel, pois, de acordo com a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), dependendo da Unidade da Federação, a tributação total sobre o diesel S10 pode variar entre R$ 0,71 e R$ 1,37 por litro, considerando tributos federais e estaduais.

Com um diagnóstico impreciso, as soluções adjacentes tendem a não resolver o problema. O piso mínimo eleva artificialmente o preço do frete, distorcendo o mecanismo de preços do mercado, o que deverá estimular as empresas tomadoras do serviço de transporte a buscarem alternativas para minimizar seus custos de produção.

Assim, a tabela de frete pode trazer alívio aos caminhoneiros, mas, em médio prazo, o efeito deve ser contrário ao almejado por eles, devido à redução da terceirização no transporte e à substituição por outros modais. Os dados disponíveis e as avaliações realizadas até o momento indicam que a tabela de frete vai na contramão do desenvolvimento e da solução do problema dos caminhoneiros. Alternativamente, recomenda-se ao Governo reduzir a tributação do diesel proporcionalmente à elevação do preço do petróleo e elevar a adição de biodiesel ao óleo diesel. ■

MITO DO SETOR

É *FAKE*: BRASIL NÃO USA DEFENSIVOS BANIDOS

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

DISCUTIR AS informações equivocadas que são propagadas sobre os defensivos agrícolas é um assunto que pode render muitos capítulos. Sem dúvida, um dos mitos que mais gera questionamentos é o de que o Brasil utiliza produtos que já foram banidos em outros países. Essa afirmação é, no mínimo, desinformada, quando não leviana, e não condiz com a realidade.

Começo a esclarecer esse assunto destacando que cada país adota diretrizes próprias sobre o registro de produtos. Além disso, diferentes condições climáticas e tipos de culturas requerem diferentes manejos fitossanitários. Por exemplo, fungicidas são mais utilizados no norte da Europa nas culturas de cereais, sob clima úmido e relativamente frio; já inseticidas são mais requisitados em climas quentes, nos quais existe maior diversidade de pragas, como no Brasil. Isso quer dizer que os produtos são avaliados e aprovados de acordo com a necessidade de uso específica e particular de cada país: se um produto é utilizado no Brasil, mas não em outros locais, significa que ele está atendendo uma necessidade característica daqui que não existe em outros países e não necessariamente que ele esteja banido nesses lugares. A situação inversa também é verdadeira, pois, hoje, existem 22 herbicidas, um inseticida e dez fungicidas aprovados para uso no trigo na Europa que sequer possuem utilização no Brasil.

Essa discussão levanta outro ponto bastante importante: é preciso diferenciar defensivos banidos de defensivos que não são registrados. Quando um produto é banido, significa que ele havia sido aprovado e que, por alguma reavaliação baseada nas regulações de cada país ou região global, a sua utilização deve ser descontinuada. Já a ausência de registro significa que o produto não teve sequer um pedido de avaliação em determinado país, e isso pode acontecer por diversos motivos, como, por exemplo, o produto ser destinado a uma praga que não tem incidência significativa na região em questão ou até ser voltado a uma lavoura que não é cultivada no local. Por isso, o fato de países europeus não utilizarem produtos que são usados no Brasil significa apenas que lá esses pesticidas não são necessários.

É evidente que, se houver indícios de danos à saúde humana e ao meio ambiente, o produto passará por um processo de reavaliação que analisará minuciosamente os estudos toxicológicos e as evidências disponíveis. Caso sejam comprovados os efeitos nocivos, o produto pode ser proibido ou ter o seu uso restringido. Nesse contexto, é muito importante enfatizar que, no Brasil, existe um sistema de reavaliação de produtos que pode ser acionado a qualquer momento em que houver alerta dos pontos de vista agronômico, de saúde ou ambiental.

Por todas essas razões, não há motivos para se preocupar. O processo rigoroso ao qual os produtos são submetidos pelos órgãos responsáveis do País serve justamente para garantir a segurança na utilização desses produtos. É compreensível que surjam dúvidas a respeito desse tema, e, justamente por isso, é necessário que os mitos sejam combatidos com informações confiáveis provenientes de fontes seguras. ■

DIÁRIO DE BORDO

ANIVERSÁRIO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas

NO MÊS passado, fez um ano da greve dos caminhoneiros, que tantos prejuízos trouxe para o País a partir de maio de 2018.

Que prejuízos foram esses?

Segundo estudos do técnico Felippe Serigati, do FGV Agro, o estrago foi mesmo grande, e nenhum setor ficou livre dele. Uns sofreram mais do que outros, mas tudo já começa com o próprio Produto Interno Bruto (PIB) do País, que cresceu 1,1% no ano todo, sendo que as previsões anteriores à greve estimavam um aumento de 2,5% (pesquisa Focus).

Mas, a indústria foi, de longe, o setor que perdeu mais: para um crescimento estimado em 3,3% a.a., alcançou-se apenas 0,6% – uma tragédia.

E a agroindústria foi, no segmento industrial, a mais afetada. De janeiro a abril, antes da greve, esse dinâmico setor havia crescido 4,1% em relação ao mesmo período de 2017. Mas, depois da greve, de maio a dezembro, houve uma retração de 3,0%, de modo que encerrou o ano com um crescimento negativo em relação ao ano anterior, da ordem de 1,0% – muito ruim.



Dentro da agroindústria, o segmento da indústria de alimentos e bebidas foi o que mais sofreu: até abril, tinha crescido 4,1% sobre o ano anterior, mas, de maio a dezembro, teve uma quebra de 7,2% em relação a 2017!

É claro que o parque industrial não foi o único que perdeu. A atividade rural, a agropecuária, tinha a modesta expectativa de crescer apenas 0,2% em 2018, sobretudo em função de safras cheias e bem pagas nos anos anteriores, mas a greve reduziu essa expectativa em 50%, deixando-a com míseros 0,1% sobre 2017.

Não houve quem não perdesse. De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia (FGV-IBRE), os subsídios aos caminhoneiros foram, no mínimo, da ordem de R$ 13,5 bilhões (segundo a revista Conjuntura Econômica, vol. 72, nº 11, de novembro de 2018), pagos, evidentemente, pelos contribuintes brasileiros.

Fica, então, uma pergunta – sobretudo em função de notícias recorrentes sobre a possibilidade de outra greve, visto que os motivos daquela ainda não foram inteiramente eliminados –: os caminhoneiros foram beneficiados com o histórico movimento? Parece que não, como mostra o estudo realizado por dois pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Cristiano Oliveira e Rafael Pereira. Segundo eles, os caminhoneiros autônomos tiveram uma redução de 20% em sua renda, enquanto os motoristas assalariados, contratados pelas transportadoras, não tiveram mudança de renda. E as transportadoras, estas sim, graças a seu aparente poder de barganha frente aos produtores na imposição dos fretes tabelados, tiveram ganhos de até 28%. Por ouro lado, os autores levantam, também, a hipótese de que os autônomos têm uma demanda mais elástica do que as transportadoras, o que, com o aumento dos fretes, levou a uma redução das margens de negociação por parte deles.

Mas, ainda há um ponto a mais, e bem negativo, para as transportadoras: centenas de empresas industriais e agroindustriais acabaram comprando frotas próprias de caminhões, tirando-lhes – e dos autônomos – um pedaço importante do mercado.

Ao final, só ganhou quem diz, sistematicamente, que a nossa matriz de transporte, baseada em fretes rodoviários, é mais cara e mais arriscada para a sociedade toda e que já passa da hora de cuidar de investimentos em ferrovias, hidrovias e modelos híbridos. ■

PRODUZIR

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO AGRONEGÓCIO

FRANCISCO DE GODOY BUENO

Advogado, mestre e doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP) e vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

DESDE 1971, o parágrafo 1º do art. 1º da Lei nº 5.709 estabelece limitações para a aquisição da propriedade de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil. A lei aplica-se, inclusive, às pessoas jurídicas brasileiras das quais participem pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e que residam ou tenham sede no exterior. O dispositivo implica um grave entrave ao investimento estrangeiro direto no setor do agronegócio e em todos os setores cujas empresas se instalam em imóveis rurais.

Restrições à aquisição de imóveis rurais são legais aos estrangeiros ou às pessoas jurídicas estrangeiras, constituídas no exterior, mesmo que autorizadas a funcionar no País, em virtude do que prevê o art. 190 da Constituição Federal de 1988, mas não se justificam para as empresas brasileiras de capital estrangeiro. Estas estão integralmente submetidas à legislação brasileira e devem ter tratamento isonômico em relação às empresas brasileiras de capital nacional, como ficou decidido pela Emenda Constitucional nº 6/95 e pacificado pela Advocacia-Geral da União (AGU) nos Pareceres GQ-22/94 e GQ-181/98.

Incompreensivelmente, no entanto, por razões de cunho meramente político e ideológico, a mesma AGU reavaliou esse entendimento, nos termos do Parecer CGU/AGU n° 01/2008-RVJ, aprovado pelo presidente da República em 2010, o que causou uma grande insegurança jurídica aos investidores estrangeiros no agronegócio. A partir de 2010, as autoridades da administração federal, especialmente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), passaram a exigir a aprovação burocrática da aquisição da propriedade, limitando ainda mais a aquisição.

Esses limites inviabilizam qualquer atividade empresarial de médio ou grande porte, especialmente quanto aos setores do agronegócio voltados à exportação ou ao fornecimento de insumos agroindustriais, cujos volumes de investimentos estrangeiros interessam ao Brasil. As novas aquisições ficaram, ainda, muito limitadas pelas dificuldades impostas à aprovação de projetos e à aquisição de novas áreas rurais, submetendo os investidores estrangeiros e as empresas brasileiras por eles controladas a desvantagens competitivas em relação aos seus concorrentes brasileiros.

Não haverá por que se falar em desnacionalização do mercado de terras no Brasil uma vez que for instituído um marco regulatório claro e moderno que permita ao governo brasileiro conhecer de uma forma macro a situação real de todo o sistema fundiário pátrio, em que as normas funcionariam como instrumentos de segurança alimentar, soberania nacional e garantia da utilização da terra para fins produtivos.

Em um país que busca equilibrar contas, gerar riqueza e diminuir a pobreza, o importante no que tange à terra é que ela produza. Nesse sentido, cabe à legislação do País assegurar que o papel social da terra seja cumprido. As empresas – nacionais e estrangeiras – que investem em regiões mais pobres do Brasil e que operam em larga escala têm sido responsáveis pela aceleração da geração de renda e emprego baseada na construção de um alto padrão de governança corporativa que não permite passivos ambientais, sociais, trabalhistas e fiscais. Independentemente do titular da terra, a produção será sempre brasileira. ■



OPINIÃO

UM NOVO TEMPO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

NA 26ª Agrishow, em Ribeirão Preto, o governo do estado de São Paulo consolidou um novo momento de atuação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), em que a produção está conectada ao livre-mercado mundial, o produtor é visto como empreendedor, o serviço público destrava os seus processos e a sustentabilidade não tem bandeiras ideológicas. Marcas registradas do governador João Doria, eficiência, gestão, resultados e produtividade definem esse novo caminhar.

A pasta conecta-se ao *zeitgeist* e mira a globalização dos produtos paulistas, a inserção definitiva e qualificada do estado em um jogo comercial em que o profissionalismo é determinante para cada *player*.

É por isso que o objetivo é fazer uma agricultura sem divisões entre pequenos, médios e grandes produtores e empresários. A ideologia de conflitar produtores pelo tamanho de sua propriedade cede lugar a uma conectividade colaborativa, em que os grandes conglomerados se tornam catalisadores e disseminadores da evolução a quem não tem seu tamanho.



O fim das ideologias alcança, também, a urgente sustentabilidade no setor, que deixa de ser uma luta para se tornar uma exigência séria, suprimindo opiniões para se basear em dados de conservação capazes de derrubar preconceitos e acelerar o desenvolvimento rural sustentável. Trata-se de uma postura de atuação que objetiva abrir as portas para gerar oportunidades ainda maiores e aproximar a população dos serviços oferecidos pelo balcão de negócios do governo do estado.

O amadorismo dá lugar à tecnologia, à economia circular e à produção puxada, em que a demanda dita as regras, com o produto atendendo o que o consumidor e o mercado exigem. A realidade da globalização é definitivamente incorporada para tratar do assunto mundial que é o alimento. O paulista continua alimentando o mundo, mas, agora, mais próximo da realidade mundial, mais inserido no livre-comércio e com condições para fazê-lo.

São Paulo concentra uma parcela significativa do agronegócio, um dos pilares da economia brasileira. Diante da crescente demanda mundial por alimentos saudáveis e produtos agropecuários, o estado tem a missão de produzir melhor e com mais qualidade, de forma sustentável.

As áreas de pesquisa, inovação e tecnologia são fundamentais para um novo salto de qualidade no agronegócio paulista, assim como uma integração total. É preciso integrar para crescer. As áreas da SAA devem trabalhar integradas, em grupos multidisciplinares. Precisamos colocar as áreas de extensão rural e assistência técnica, desenvolvimento sustentável, defesa agropecuária, abastecimento e pesquisa e inovação para trabalharem juntas em busca de soluções e resultados. A integração com outros órgãos estatais e a inciativa privada também é fundamental.

Cria-se um novo paradigma expresso em tecnologias, inovações, segurança jurídica, segurança no campo e diálogos com os setores público e privado e toda a cadeia produtiva. O assistencialismo é deixado de lado em nome da valorização da capacidade do nosso setor, dos nossos empreendedores rurais. O futuro já chegou, e, agora, é o momento de construir novas bases para esse futuro e para a sua disseminação a todos os nossos empresários rurais – pequenos, médios e grandes. ■

REFLEXÃO

"PRUDÊNCIA" É A PALAVRA DE ORDEM

MARCELLO BRITO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

TRANSFORMAMO-NOS NUMA nação que é referência mundial na produção de grãos e proteína hoje, vencendo vários desafios ao longo dos últimos vinte anos. O que possibilitou que elevássemos o Valor Bruto da Produção (VBP) de cerca de R$ 185 bilhões, em 1999, para os quase R$ 600 bilhões atuais foram as vantagens naturais – como clima e área disponível –, tecnologia, pesquisas desenvolvidas pelos produtores com a inestimável colaboração de vários institutos de pesquisa, uma moderna gestão empresarial e crédito subsidiado.

Mas, ao mesmo tempo, estamos cientes de que não devemos parar de avançar, até pelo fato de já ter sido detectada uma preocupante estagnação nos ganhos de produtividade em segmentos vitais do agronegócio. Além disso, transformações importantes na geopolítica mundial e no comportamento do consumidor forçam-nos a manter o foco na inovação, para continuarmos competitivos e avançarmos na profissionalização dos produtores, na consolidação agroindustrial, na expansão da infraestrutura do País e na sustentabilidade, que elevariam o valor agregado das nossas exportações. Outro ponto fundamental para o nosso avanço é contarmos com a habilidade governamental em negociações comerciais que mantenham e ampliem mercados no exterior.

Nesse aspecto, torna-se especialmente importante mostrarmos que somos criteriosos na questão da sustentabilidade ambiental, social e trabalhista no que tange à produção de alimentos. Não podemos correr o risco de jogarmos fora a reputação conquistada e perdermos espaços nas gôndolas e nos pratos de populações exigentes como a europeia, a asiática e a norte-americana. Acreditamos que o sucesso do agronegócio brasileiro obtido até agora não será suficiente para garanti-lo no futuro. Os consumidores serão diferentes, a rastreabilidade da produção torna-se indispensável, tecnologias disruptivas como a da carne de laboratório vão se acelerar, e 'fundos verdes' ganharão espaço no financiamento.

Ou nos conscientizamos disso, ou não atenderemos a maior parte do crescimento da demanda mundial por alimentos previsto para as próximas décadas. Nesse contexto, a ABAG, assim como outras importantes entidades das diversas cadeias produtivas do agronegócio, manifesta preocupação com recentes movimentos em curso no governo federal no sentido de promover alterações no Código Florestal e em diretrizes ambientais relacionadas, principalmente, à Amazônia que poderão gerar uma permissividade maior em relação ao conceito de Reserva Legal ou, até mesmo, não ser bem entendidas no exterior.

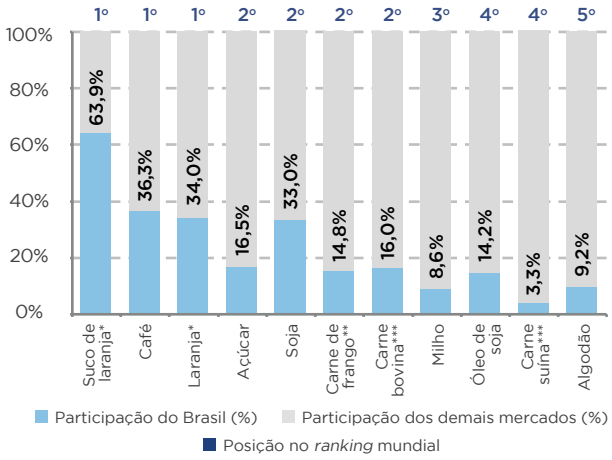
Vale observar, no entanto, que, aqui, temos, também, uma grande vantagem, que é a possibilidade de recuperar milhões de hectares degradados, por exemplo, na região amazônica. Mas, temos – sociedade, empresários e governos –, também, de ter a prudência de proteger o restante, para não perdermos importantes fatias de mercados externos, sobretudo aquelas da chamada "geração Y", pessoas nascidas de 1980 a 2000, para quem consumir carne de origem vegetal é algo perfeitamente normal, por não afetar o ambiente. E, aqui, o País tem já pronto e testado um modelo eficiente para resgatar terras degradadas, que é o sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), que já recuperou, até hoje, cerca de 15 milhões de hectares.

Por todas as questões até aqui descritas, consideramos que prudência seja o melhor caminho para o Brasil neste momento. ■



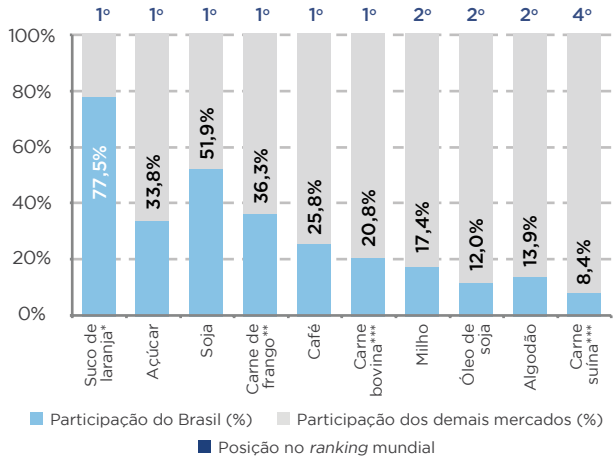
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



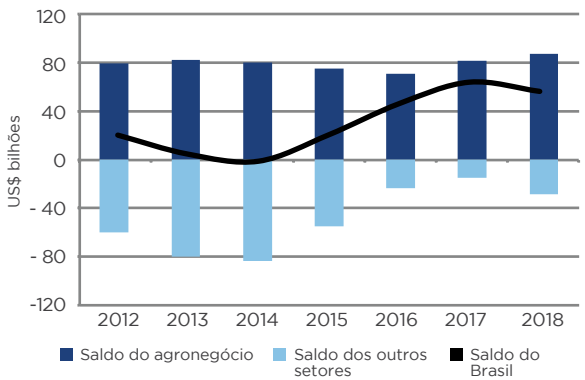
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



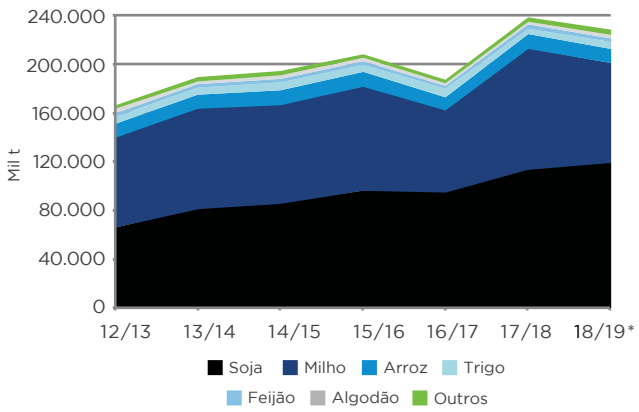
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



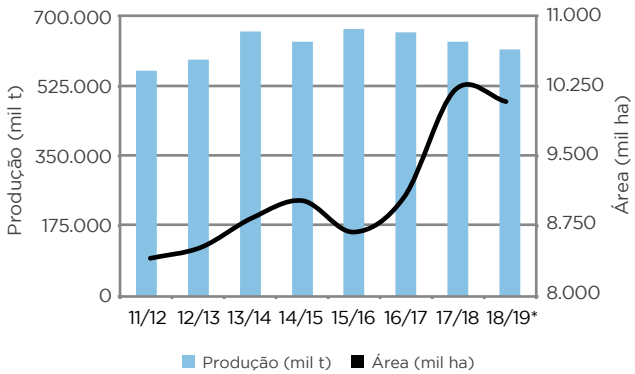
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



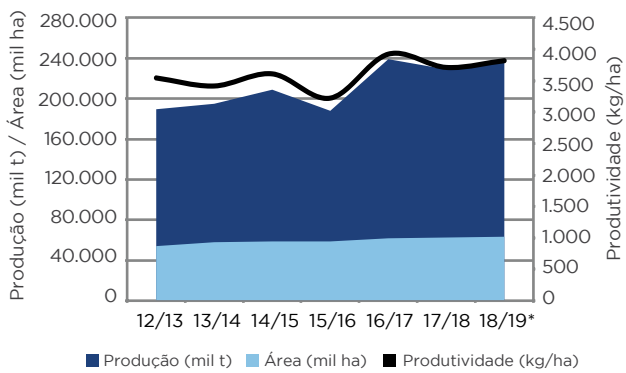
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3

AGRO: MOMENTO DECISIVO

2019

RESERVE SUA AGENDA

5 DE AGOSTO

SHERATON WTC
SÃO PAULO HOTEL



REALIZAÇÃO

abag

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro